

SESSÕES DO PLENÁRIO

94ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de novembro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (AD HOC)

À hora regimental na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (58) A Deputada Olivia Santana encontra-se licenciada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Há sobre a mesa um requerimento. (Lê) *“Exmº Sr. Presidente Da Assembleia Legislativa Do Estado Da Bahia.*

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

Mensagem nº 5.193/2019

Veta integralmente o Projeto de lei nº 23.217/2019 de autoria do Deputado Marcelo Veiga.

Mensagem nº 5.191/2019

Veta integralmente o Projeto de Lei de 21.074/2015 de autoria do Deputado Alex da Piatã.

Mensagem nº 5.192/2019

Veta integralmente o Projeto de Lei nº 21.306/2015 de autoria da Deputada Fabíola Mansur.

Sala das Sessões, 12/11/2019”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Talita Oliveira comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 29/10/2019.

Do Deputado Tum comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 1º/10/2019.

Do Deputado Eduardo Salles comunicando que, em função de representar a Assembleia Legislativa na inauguração do SENAI CIMATEC PARK (Campus Camaçari), esteve ausente na Sessão do dia 11/11/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 91ª e 92ª, realizadas, respectivamente, em 5 e 6 de novembro de 2019; da sessão extraordinária 22ª, realizada em 6 de novembro de 2019. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Para iniciar o Pequeno Expediente, passo a palavra para a deputada Fabíola Mansur. E convido a deputada Maria del Carmen, se for possível, para assumir os trabalhos. Pois não, deputada Fabíola, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.ª Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, saudando V. Ex.ª pela calma com que iniciou esta sessão. O que me traz a esta tribuna hoje é que aprovamos, na Comissão de Educação, uma moção de aplauso, deputada Maria del Carmen, à Procuradoria-Geral do Estado por ter lançado o selo e a revista comemorativa da Lei Caó.

A Lei Caó é a lei que criminaliza o racismo, que faz 30 anos e que teve entre os seus autores importantes o então jornalista, político e advogado, Caó, Carlos Alberto Oliveira, que figura entre os baianos de destaque. Não só os baianos que são os heróis

da Revolta dos Búzios, ao quais celebramos no dia 8, eu e o deputado Jacó, numa linda audiência pública. Também os celebramos na Piedade, onde os nossos heróis Luís Gonzaga, Lucas Dantas, Manuel Faustino e João de Deus foram levados de volta à Câmara Municipal. Uma caminhada de retorno dos nossos mártires, daqueles que defenderam a igualdade, a justiça social e a pauta da Revolução Francesa aliada à pauta do combate ao racismo e, naquela época, do combate à escravidão.

Nós temos esses ilustres baianos, mas não só eles. Dia 20 teremos o Dia da Consciência Negra, e temos Zumbi dos Palmares, também temos Luís Gama, enfim, tantos baianos, mas especificamente Caó. Hoje o racismo é tão atual como crime inafiançável, imprescritível, e a Lei nº 7.716/1989 também foi considerada pelo STF como base de equiparação dos crimes de LGBTfobia. Nada tão atual quanto a nossa obrigação, de deputados e deputadas, de reafirmarmos o compromisso com a luta antirracista no estado da Bahia. Então, queria saudar a PGE e fazer, nos nossos relatórios, essa moção de aplausos à Procuradoria.

Outra coisa é lembrar, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, que hoje, dia 12 de novembro, é o Dia Nacional e também Dia Estadual de Prevenção das Arritmias Cardíacas e Morte Súbita, que foi um projeto de nossa autoria que hoje é lei. Hoje as arritmias cardíacas vitimam mais de 300 mil pessoas no mundo. As arritmias são os corações que não batem no ritmo certo, seja batendo acelerados, seja batendo de forma lenta, Luiz Fernando – o seu que deve bater na medida certa. Mas as arritmias são doenças silenciosas que podem, sim, afetar jovens e idosos, sobretudo em famílias que já têm fatores de risco, como outros familiares que já foram vítimas de arritmia.

Esse dia é para que a gente, deputado Marquinho Viana, se conscientize sobre a importância dos hábitos saudáveis, de uma dieta, de exercícios regulares. Também sobre a busca de consultas frequentes com cardiologista para a gente diagnosticar precocemente essas doenças cardiovasculares.

Doze de novembro. Eu que tive a sorte, pois Deus me abençoou com um irmão que, como vocês sabem, quase morre por uma arritmia e foi salvo por um desfibrilador. E nós que ratificamos o nosso projeto de implantação obrigatória do desfibrilador externo automático em zonas de alta frequência de pessoas, como rodoviárias, aeroportos e supermercados. Neste mês, é importante que esta Casa se lembre e tente votar.

Por último, quero saudar a Sociedade de Neurologia pelo Congresso Norte Nordeste, deputado Jacó, em que, mais uma vez, trouxeram à tona o tema: *Cannabis Medicinal*, isto é, o uso do canabidiol, um derivado da *Cannabis sativa* para tratar casos refratários de pacientes portadores de epilepsia e de espectro autista. Hoje é uma realidade em vários países no mundo e há evidências científicas que comprovam que, em casos refratários, de pacientes que muitas vezes têm 30, 40 convulsões por dia – o que é um risco de óbito –, é possível usar, na dose certa, prescrita por um neurologista. Esses pacientes podem, deputado Targino, se beneficiar da Cannabis, do canabidiol.

Esse tema será objeto também, mais uma vez, no dia 26, da Semana da *Cannabis Medicinal*, na qual se discute... E o deputado João Carlos Bacelar, deputado federal, está com uma frente para debater isso. Precisamos acabar com o preconceito utilizando

evidências da medicina, da área de saúde para mitigar o sofrimento das pessoas, para podermos debater a regulamentação do canabidiol no estado da Bahia, para dar acesso às famílias mais vulneráveis, que não têm poder aquisitivo para importar essa medicação, que é autorizada pela vigilância sanitária.

Dia 26, estaremos debatendo, e nesta semana estaremos fazendo o encontro do nosso grupo técnico para regulamentação da *Cannabis* medicinal para doenças refratárias ao tratamento.

Obrigada pela sua tolerância, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, gostaria de parabenizar o governador Rui Costa, mais uma vez, por esse trabalho espetacular que ele vem fazendo à Saúde do estado da Bahia. Mesmo com os problemas que nós temos no dia a dia – são 15 milhões de habitantes –, problemas na regulação, problemas de falta de vagas em hospitais, mas estaria muito pior se o governador Rui Costa, nesses 5 anos, não tivesse feito sete, oito hospitais. Trabalho espetacular.

Ontem foi entregue a policlínica da região de Senhor do Bonfim e as pessoas – mais de 500 mil pessoas daqueles municípios que fazem parte do consórcio daquele território – não vão mais precisar pegar essas estradas onde ninguém consegue mais trafegar, devido à quantidade absurda de veículos, para vir fazer esses exames mais complexos, exames caros, que a população não tem condições de pagar. E mesmo em hospitais particulares, em clínicas particulares, no interior você não tem aparelho suficiente, aparelho adequado para fazer uma tomografia computadorizada, uma ressonância, uma colonoscopia, uma mamografia para salvar vidas, para evitar que se descubra tardiamente o câncer, que acomete milhares de mulheres. Todos sabem – principalmente o deputado Targino e o deputado Alan que são médicos – que a incidência de morte por câncer de mama – e por câncer de próstata no caso dos homens – é muito grande.

Então, eu digo, Srs. Deputados, que é a maior obra do governador Rui Costa. Mesmo não sendo a mais cara, mesmo tendo gasto bilhões no metrô, mesmo tendo anunciado o VLT, mesmo tendo mudado a realidade de Salvador, mesmo com a Via Expressa de Wagner, obras que mudaram a fisionomia da nossa capital e que se não existissem a gente tinha não mais como trafegar em lugar algum. A despeito de todas essas obras, considero que esta é a obra mais importante desse grande governador.

Digo sempre que a gente não precisa nem elogiar o governador Rui Costa, porque a população, na sua maioria, quase 6 milhões de baianos, há pouco tempo já lhe deram a maior votação da história das eleições do estado da Bahia, quando ele teve uma média de 80% de aprovação. Deve-se isso ao trabalho gigantesco que o governador Rui Costa e sua equipe desenvolvem nesses 5 anos na Bahia. E às vezes a gente ainda vê, como vimos na semana passada, o meu amigo particular – mas faz parte da política –, o deputado Paulo Azi, criticar porque esse governador, que tem uma

agenda imensa, doente... Ontem mesmo ele estava em Senhor do Bonfim tossindo, sem se curar direito da tosse, mas, mesmo assim, mantendo a agenda. E o meu amigo particular, deputado Paulo Azi, ainda criticou o governador por tirar 8 dias de descanso. Mas faz parte da política que é feita em nossa cidade.

Nós vimos, inclusive, deputada presidente Maria, que menos de um mês depois do governador ter tido a maior vitória das eleições na Bahia, já ouvíamos aqui críticas à administração. E olhem que o governador tem feito tudo isso com o presidente Bolsonaro boicotando a Bahia. Nem os recursos obrigatórios o presidente tem destinado.

Nós mesmos aprovamos aqui, deputado Robinho, há dois anos, salvo engano, US\$ 400 milhões, US\$ 300 milhões que o governo da Bahia, um dos que mais tem condições de tomar empréstimos... O nível de endividamento...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) do estado da Bahia – vou concluir, Sr.^a Presidenta – é um dos mais baixos de todo o Brasil, ao contrário de São Paulo e Rio de Janeiro, que já ultrapassaram a capacidade. Mas, mesmo assim, o presidente Bolsonaro não libera esse dinheiro, que daria mais de R\$ 1 bilhão para se recuperar estradas, retaliando a Bahia. Mesmo assim – para encerrar –, o governador Rui Costa foi o governo que mais investiu no Brasil, depois do estado de São Paulo, que tem um orçamento muito maior.

Então, eu considero...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) as policlínicas, em que as pessoas vão fazer exames junto a suas casas, com ônibus com ar-condicionado, sem fila, a maior obra desse gigante governador, porque se trata da vida, se trata de saúde, Sr.^a Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Robinho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde a todos e todas. É com satisfação que estamos aqui nesta tarde de terça-feira para falarmos um pouco do que vem ocorrendo no Brasil, principalmente nas praias do Nordeste brasileiro.

A partir do dia 30 de agosto, começaram estranhamente a aparecer algumas manchas de petróleo em praias do Nordeste brasileiro. E a avaliação que temos até o momento é que mais de 494 praias do Nordeste brasileiro já foram atingidas. Mas tem um fato importante também que, de acordo com a Marinha, temos hoje apenas oito praias com resíduos de óleo no Nordeste brasileiro.

Todo final de semana, costumo ir para o interior visitar lideranças políticas e amigos. Nesse final de semana, estive no Extremo Sul, na minha terra, e tive a honra de sobrevoar a região de Abrolhos, juntamente com o vice-governador, João Leão, com o diretor da Bahia Pesca, Marcelo Oliveira e com o secretário do Meio Ambiente, o deputado Carletto. Visitamos um frigorífico de peixe e eu fiquei deslumbrado. Não

tinha o conhecimento do que era um frigorífico, de onde se exporta lagosta viva para a China. Para mim foi uma coisa inovadora na minha experiência de vida.

E também tive a curiosidade de ir às praias. Estive em Caravelas, estive em Nova Viçosa e ouço algumas pessoas levando a notícia de forma negativa. Existe o problema? Existe. Mas a coisa não é tão crítica como alguns oportunistas – imagino – usam para levar alguma vantagem.

Por exemplo, em Nova Viçosa, município onde tive a oportunidade de ser prefeito por duas vezes, estive na orla conversando com pescadores e havia representantes da Marinha. O que conseguiram pegar foram resíduos de óleo, na quantidade de 3 quilos e meio. Em Caravelas também, o prefeito Sílvio Ramalho colocou funcionários da prefeitura, a Marinha está presente, e o que pegaram até agora foram 20 e poucos quilos de resíduos de petróleo.

Mas não sei porque algumas ONGs daquela região ficam vendendo outra história e não estão preocupados com o turismo, preocupados com os pescadores. O diretor-presidente da Bahia Pesca esteve na região coletando animais para fazer o exame para que nós possamos ter a tranquilidade de consumir o peixe das nossas praias, do nosso mar.

Inclusive, o ministério tinha alguma suspeita que poderia fechar a pesca e isso foi suspenso. A pesca está acontecendo com naturalidade. Eu espero que a suspeita desse navio possa ficar no susto que tomamos e que possamos eliminar esse problema da melhor forma possível.

Aquela região tem o Arquipélago de Abrolhos, onde há cinco ilhas maravilhosas, um paraíso na costa nordestina, que fica próximo a Nova Viçosa e Caravelas. Abrolhos é um conjunto de ilhas: Santa Bárbara, Siriba, Redonda, Sueste e Guarita, administrado pelo Instituto Chico Mendes.

Então, nós temos que nos preocupar. É importante...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a nossa preocupação com a nossa natureza, com o nosso turismo, com os nossos pescadores. Por isso, não vamos agora acelerar um problema que, de repente, já está finalizando.

Um abraço a todos os nossos amigos de Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri e região.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Pastor Tom, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR TOM: Sr.^a Presidente, deputados, imprensa, público aqui presente, todos vocês que nos assistem nesta tarde.

Ouvi atentamente os colegas deputados que usaram esta tribuna, falando da administração do governo do estado, dos benefícios que o governo do estado faz. Mas só para dar uma deixa, todo dia que eu ligo num programa de televisão aqui da Bahia, eu vejo a Regulação tomando cacete o tempo todo. As pessoas morrendo, procurando a imprensa para conseguir a sua regulação, a transferência de pessoas. Porque hoje,

depois de Deus – que está escrito na Bíblia que é quem dá a vida e tira a vida, que enriquece e empobrece quem Ele quer –, a Central de Regulação da Bahia mata e dá vida a quem ela quer.

Então, isso é uma tragédia, isso é ridículo demais para o governo da Bahia, que diz que está trabalhando pela saúde. Está trabalhando não, é uma negação. Mas eu não quero falar disso aqui, não. Não vou dar ibope a essas coisas ruins, não. Não vou dar ibope.

Quero falar da qualificação do trabalho do prefeito de Salvador, ACM Neto. Porque ele, o prefeito de Salvador, ACM Neto, apresenta o Programa Qualifica Salvador. Foi apresentado no dia de hoje, na terça-feira. Vai acontecer agora, às 14h30, no Comércio, na Rua Miguel Calmon.

Também tem aqui, logo mais: “O prefeito de Salvador, ACM Neto, entrega placa da Timbalada, terça-feira, dia 12 de novembro, na Rua Direita da Lagoa, n^o 506, Cabula.” Então, a gente vê o prefeito de Salvador trabalhando incansavelmente pela cidade de Salvador.

Sabemos que o país está vivendo um momento difícil, momento em que a crise foi instalada. E nessa administração do prefeito ACM Neto não existe crise, o que existe é trabalho, o que existe é desenvolvimento para a cidade de Salvador.

E quero deixar bem claro que tive a oportunidade de visitar um amigo de outro estado, do estado de Minas Gerais, e quando chegou à cidade de Salvador, ele falou: “Ah, quem dera que a minha cidade fosse assim, porque aqui tem um prefeito que trabalha.” Eu falei: “Pois é! Pois é!” E ele disse: “Um prefeito que trabalha pelo subúrbio de Salvador e pela orla de Salvador é o prefeito ACM Neto.” E eu falei: “Pois é.” Então, estarei orando também para que lá em Minas Gerais, esse prefeito abra a sua mente e seja trabalhador como é o prefeito de Salvador.

Quero aqui elogiar, quero dar honra, porque temos que dar honra a quem merece honra. Ninguém pode calar ou tentar tapar o sol com a peneira da forma que o prefeito vem administrando a cidade de Salvador. Para se ter ideia, hoje não tem nem candidato de oposição. Não existe um candidato de oposição. O nome que botarem vai tomar pau! Porque ACM Neto está forte com o seu grupo, vai ganhar no primeiro turno. Demonstração de trabalho! Demonstração de garra, de força, de determinação.

Está aí uma administração clara, uma administração absoluta. Então, às vezes, o povo fica procurando chifre na cabeça de cavalo, procurando o que falar do prefeito ACM Neto, procurando conversinha, mas não acha. De quem trabalha, não acha! Você não acha falha no trabalhador, você acha falha no enganador que fala coisas que não estão acontecendo, como é o caso da Bahia. Segurança acabada, saúde acabada, destruída, e nós provamos. Provamos que a saúde da Bahia é uma negação. Provamos isso. Provamos que é só você ligar a televisão agora nos programas de Salvador que você vai ver as pessoas apelando o tempo todo, pedindo regulação, pedindo socorro! E é na Bahia toda. É a Bahia toda pedindo socorro para a Regulação. E eu vou falar, e eu vou... O que eu vou dizer de uma administração dessa?

Mas em Salvador você não vê isso! Aqui, você vê obras, benefícios e desenvolvimento na maioria dos bairros.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Então, é com muita alegria que uso esta tribuna, estes microfones potentes, para dizer que Salvador está indo bem com a administração do prefeito ACM Neto. E não tenho dúvida de que vai muito mais ainda, pela sua forma de administrar, de conversar, de dialogar. É isso o que faz uma grande administração.

Concluo minhas palavras dizendo que posso...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da tribo de Judá!

Oh, glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Zó pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÓ: Presidenta, colegas deputados e deputadas, tenho um assunto...

Parlamentar não identificado: Presidenta?

O Sr. ZÓ: Presidenta!

Parlamentar não identificado: Por que V. Ex.^a chama assim?

O Sr. ZÓ: Por que eu gosto de chamar assim? Porque era desse modo que eu chamava a minha presidenta Dilma, que foi golpeada. Entendeu? O importante é o carinho que a gente tem pelas presidentas mulheres. E minha querida Dilma faz muita falta a este País.

Mas, antes de entrar no assunto principal, eu queria agradecer ao governador Rui Costa, também em nome dos meus colegas Bobô e Adolfo Menezes, que são lá da região, por mais uma policlínica, a Policlínica de Senhor do Bonfim, onde estive ontem.

Queria agradecer também ao nosso governador e, claro, ao prefeito Paulo Bonfim pelo mutirão de cirurgias feito em Juazeiro durante a Feira Cidadã. Isso ajuda muito a resolver situações de saúde na nossa região.

Deixo registrado, deputado Rosenberg, que essa Feira Cidadão, lá em Juazeiro, foi um sucesso, com cerca de 1,5 mil cirurgias só de catarata. O cabra sai enxergando. Senta na cadeira e poucos minutos depois já sai enxergando; 2 dias depois está enxergando beleza! É muito bom ver isso. Agradeço muito ao governador Rui Costa.

Queria ainda registrar uma moção de aplauso, que encaminhei hoje a esta Casa, aos professores Telio Leite e Lúcia Marisy. Eles foram vencedores da eleição para a Reitoria da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf), universidade construída pelo nosso presidente Lula, onde eu tive o privilégio de formar uma filha. Graduou-se em Farmácia, sendo uma das melhores alunas do curso, tenho o orgulho de dizer isso. Ela pouco fala, Targino, porque é muito retraída, na dela, mas tenho esse orgulho de dizer que é uma das alunas mais destacadas do curso de Farmácia da Univasf.

Pois bem, na semana passada, o professor Telio e a professora Lúcia Marisy ganharam a eleição com 56 vírgula alguma coisa dos votos. Mais de 20 pontos na frente do segundo colocado. Aquilo que a gente sempre defendeu: eleições democráticas nas instituições federais, estaduais e municipais deste País. Telio vai suceder o atual reitor, Julianeli.

Atualmente, Telio é vice-reitor, e Lúcia Marisy é pró-reitora de extensão dessa universidade, que pega os estados do Piauí, da Bahia e de Pernambuco. Essa instituição preencheu o espaço numa região que não oferecia tantos cursos na área da Saúde, na área da Engenharia e em outras áreas.

Repito, eles ganharam essa eleição com mais de 20 pontos; ganharam nos segmentos dos professores, dos alunos e dos funcionários. E o que a gente espera agora? Claro que o Conune vai mandar os três nomes, mas quem criou essa situação de nomear os primeiros colocados foi o presidente Lula. Nomeava na PGR, nomeava nas universidades, enfim, nomeava todos os eleitos pelos corpos dessas instituições.

Espero que até as outras chapas reconheçam que Telio e Lúcia Marisy ganharam. Desse modo, quem ganhou, quem foi escolhido pela comunidade acadêmica possa gerir, entre 2020 e 2024, os destinos dessa tão importante instituição de ensino, a Universidade do Vale do São Francisco.

Não tem sido feito assim pelo atual presidente. Ele não gosta muito do Nordeste. Acho que também não gosta muito de Juazeiro e de Petrolina; imagine de São Raimundo, de Bonfim, onde pegou peia pesada. Mas espero que ele e os seus correligionários nessa universidade, tanto da Bahia como de Pernambuco, aceitem a vitória do professor Telio e da professora Lúcia Marisy. Até porque as pessoas tacham tanto os outros de antidemocráticos, mas não querem aceitar a vitória dada pela comunidade acadêmica.

Por isso, desejo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que Telio e Lúcia Marisy sejam os escolhidos dessa lista tríplice. E aí o presidente, se nunca fez alguma coisa certa na vida, faça isto: nomeie Telio e Lúcia, porque foi assim que a comunidade escolheu e é assim que deve ser.

Boa sorte a Telio e a Lúcia. Que essa eleição democrática dentro da comunidade acadêmica seja reconhecida e que vocês possam gerir...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) os destinos da Universidade do Vale São Francisco.

Boa sorte e felicidades para vocês, Telio e Lúcia Marisy. Parabéns, Univasf!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, se não fosse trágico, seria cômico ficarmos aqui no plenário assistindo a alguns

pronunciamentos a respeito de um estado que dizem ser a Bahia. Na verdade, parece que estão falando de outro estado.

Vir a esta tribuna exaltar a saúde pública na Bahia é desconhecer o caos em que vivemos na Regulação. O secretário da Saúde prometeu informatizar, melhorar e dar transparência a essa Regulação, mas todos os dias vemos, através da internet, através das redes sociais, através do *WhatsApp*, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas, pelas famílias, pedindo socorro para os seus entes queridos.

Enquanto isso, neste estado – que os Srs. Deputados dizem que está uma maravilha –, vemos o governador enviar a esta Casa um projeto pedindo a prorrogação por mais 24 meses dos contratos de Regime Especial de Direito Administrativo, o REDA. No passado, quando a Bahia era governada por outro grupo, o maior protesto do PT e dos partidos aliados era a respeito da precarização da mão de obra, era a respeito da contratação via REDA. Que, na época, não era a regra, era a exceção.

E agora, infelizmente, o que deveria ser, como o próprio nome diz – Regime Especial de Direito Administrativo –, especial, nos governos do PT se transformou na regra.

O projeto foi publicado no *Diário Oficial* de hoje. O prazo máximo para os REDAs é de 48 meses, mas o governador Rui Costa quer prorrogar por mais 24 meses. O Tribunal de Contas do Estado, a quem cabe fiscalizar os atos da administração e é um órgão auxiliar da Assembleia, tem atacado com veemência o excesso do uso de REDAs pelo governo. O que deveria ser, como disse, excepcional, Rui Costa tornou a regra no serviço público estadual.

Só para os senhores terem uma ideia, nos últimos 4 anos a precarização da mão de obra mais que dobrou. Segundo o Tribunal de Contas do Estado, em 2015, quando Rui Costa assumiu o governo, eram 15.528 REDAs. Já 2018 encerrou com 34.358. Isto é um verdadeiro absurdo! Essa prática de precarização – e o nome é autoexplicativo – da mão de obra através dos REDAs prejudica em muito a qualidade do serviço público no estado da Bahia.

Esse governador não concede reajustes aos funcionários públicos estaduais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas gasta o dinheiro público através dessa prática prejudicial.

Enquanto isso, com esse regime especial de mão de obra, a Previdência do Estado – que já é deficitária – é ferida de morte, vez que o dinheiro que deveria ir para o seu caixa, vai para o INSS.

Infelizmente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) jogam a conta no colo do trabalhador, que nada tem com isso. E o contribuinte, que paga os seus impostos, deputada Maria del Carmen, não é sequer ouvido.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Queria informar – e abraçar cada um deles – a visita dos alunos do Colégio Estadual Professor Carlos Barros, situado no bairro de Periperi. Bem-vindos ao Legislativo estadual, assistindo daí aos nossos deputados participando desta sessão ordinária da Casa.

Abraço em cada um de vocês. (Palmas)

Concedo a palavra ao deputado Bobô pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BOBÔ: Boa tarde, Sr.^a Presidenta, deputados e deputadas aqui presentes. Boa tarde aos amigos que estão nos acompanhando, aos estudantes que nos visitam.

Também queria registrar neste plenário a visita do governador, ontem, a minha cidade, Senhor do Bonfim, para a inauguração da nossa Policlínica Regional. Existia uma expectativa muito grande de todos nós com relação a essa policlínica, que atenderá cerca de 11 municípios e um pouco mais de 300 mil baianos e baianas que se beneficiarão com os 18 procedimentos, no que se refere à saúde pública de qualidade, sobretudo na saúde preventiva. Então, foi realmente uma grande festa para a nossa região.

Diversos prefeitos, prefeitas, vereadores participaram do evento, mas, acima de tudo, a presença mais importante foi da população sabedora dos benefícios que terá daqui para frente, a partir do dia de hoje, através da saúde preventiva. E estamos falando dos exames mais importantes, desde a ressonância até a tomografia computadorizada.

Difícil imaginar, creio eu, que um dia pudéssemos ter tudo isso de forma gratuita, com o Estado dando essa condição. Mas temos e já está funcionando. Para nós, é motivo de muito orgulho falar da saúde pública da Bahia; uma saúde de qualidade e preventiva, que entendemos como uma das mais importantes.

Mas o governador não foi lá somente para participar dessa inauguração, que, por si só, já seria algo extraordinário. Ele, além de inaugurar essa policlínica, deu a ordem para a licitação do tão sonhado Aeródromo Regional de Senhor do Bonfim, um investimento no valor de R\$ 19 milhões. E o que a gente pensa sobre isso é exatamente o que a gente já falou aqui: é o desenvolvimento econômico chegando à nossa região, chegando ao nosso território, aproximando os territórios de Senhor do Bonfim e região, para que assim a gente possa gerar oportunidades.

Esse aeródromo era sonhado por todos nós há muito tempo. E aqui, ao fazer o registro da importância desse investimento, tenho de creditar parte disso à luta incansável do prefeito Carlos Brasileiro. Ele, quando foi deputado estadual, falou muitas vezes desta tribuna a respeito da necessidade do investimento no aeródromo em Senhor do Bonfim.

O governador, ontem, deu esse presente não somente a Senhor do Bonfim, mas a toda a região, até porque, para ir de aeronave, a gente tinha de ir a Jacobina ou a Petrolina; e agora a gente terá esse aeroporto – pode ser assim chamado – em Senhor do Bonfim.

Além dos R\$ 19 milhões para esse aeródromo, o governador também autorizou investimentos da ordem de R\$ 3 milhões para abastecimento de água, através da Embasa, em quatro cidades da região.

Tenho ainda de registrar, presidenta, a importância de um investimento na agricultura familiar. O governador autorizou convênios da ordem de R\$ 1,5 milhão para fortalecer a agricultura familiar do nosso território, em especial com algo que faço questão de registrar, o tão sonhado Empório da Agricultura Familiar. É um investimento que gira em torno de R\$ 1,5 milhão, mas a ordem inicial foi de apenas R\$ 800 mil para começar esse projeto.

É um projeto que vai juntar pequenos produtores, que terão uma condição digna de vender seus produtos – tanto o artesanato como a agricultura familiar – na parte central da cidade de Senhor do Bonfim.

Enfim, a gente fala dos R\$ 19 milhões, a gente fala dos R\$ 3 milhões, a gente fala do R\$ 1,5 milhão da agricultura familiar, além dos R\$ 24 milhões...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) na Policlínica Regional de Senhor do Bonfim. São investimentos chegando ao nosso território.

E aqui eu faço um agradecimento muito especial ao governador Rui Costa por sua sensibilidade em entender que a política é macro, é grande, é fazer com que os investimentos possam chegar a todos os territórios da Bahia de forma igual.

Peço um pouco mais de tempo, Sr.^a Presidenta, para registrar o meu agradecimento a dois secretários de Estado que fizeram um esforço enorme para que esses investimentos pudessem chegar ao nosso território...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Refiro-me ao secretário Fábio Villas-Boas e ao secretário Marcus Cavalcanti, que trabalharam muito arduamente para que esses dois investimentos pudessem se concretizar no dia de ontem.

E também, é claro, agradeço ao nosso Dr. Wilson Dias, da CAR, que leva esse grande presente a nossa cidade e a nossa região.

Obrigado, presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Jacó pelo tempo restante do Pequeno Expediente, 3 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidenta, colegas deputados e deputadas presentes ao plenário, pessoal da TV ALBA, da imprensa, do cafezinho, da Taquigrafia, nesse final de semana, no sábado, (lê) “estive em Itagibá participando de uma importante reunião. O evento proposto pelo companheiro Becão contou com a presença do pré-candidato a prefeito Marquinhos, do PCdoB; dos pré-candidatos a vereador Carriso, do PT, Fernanda de Alímpio, do PP, Grilo, do PT, e Marquinhos, do PP. Também contou com a presença das comunidades rurais, de pequenos agricultores das

Tesouras e também da Pedra Branca; dos líderes comunitários Tchê e Tote Miranda; do ex-vereador Willian, do PP, e de Tonho da Cerâmica, do PT.

Tratamos da vida real das pessoas, da realidade do país que estamos enfrentando, sobre agricultura familiar e realidades do campo. E falei da minha felicidade de ter tomado o caminho correto da política e nunca abandonar o nosso grande líder Lula, que passou todo esse tempo na cadeia sofrendo, mesmo assim nunca abandonou seus princípios. Agradecemos ao apoio popular em favor da democracia, pelos direitos sociais e pela liberdade de Lula.

Depois de Itagibá, estive reunido na cidade de Ipiaú para debater a realidade política que estamos vivendo, os desejos e vontades do nosso povo. Foi uma reunião muito produtiva, na qual estiveram presentes o presidente do PT de Ipiaú, Marcelo Batista; o vereador Orlando; a secretária de Organização do PT, Najara; o vereador Pascoal; o professor Eritan; Américo, do MST; Narsser; D. Lia; Pasqual; e o companheiro Becão, que também é nosso assessor na região e foi o articulador dessa importante agenda.”

Fui também a Ibirataia para participar da reunião de posse do novo Diretório Municipal do PT. “(...) Estiveram presentes nessa reunião o atual presidente do PT, Deraldo Lima; o membro do diretório de Ipiaú, Elevado; Salvador, que foi o primeiro presidente do PT de Ibirataia e é, atualmente, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Alex, membro do diretório do PT de Ibirataia; Indiara, pré-candidata a vereadora e agente de saúde; Sueli, professora e militante; José Américo, jornalista de Ipiaú;...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(..) pastor Julival, pré-candidato a vereador pelo PT; Cláudio Rollemberg e pastor Jurandir, militantes do PT; a pré-candidata a vereadora Jociane; a ex-presidenta do PT municipal, Juci; e o companheiro Marcelo, que articulou a nossa participação nesta importante agenda...”

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

“(...) O pré-candidato a prefeito pelo PT, Carlos do Geladinho, que é presidente da CDL, também esteve presente.

Colocamos o nosso mandato à disposição”.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, imprensa, colaboradores aqui da Mesa Diretora, eu ocupo, Sr.^a Presidente, este espaço do Grande Expediente para tratar de alguns temas que considero relevantes para a minha comunidade, para a minha região de Vitória da Conquista, o Sudoeste baiano, onde tenho minha principal área de atuação política, pessoal e profissional, mas também que considero importantes para o nosso estado e, evidentemente, para o Brasil.

Esta conjuntura que estamos experimentando, de forma desafiadora, no nosso país e o quadro da América Latina, marcado por uma tensão permanente, devem merecer de todos nós o maior cuidado e a maior preocupação.

Começo, Sr.^a Presidente, falando da alegria que tivemos com a libertação do nosso companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, motivo de grandes mobilizações. Também tivemos, lá em Conquista, essa grande alegria e nos mobilizamos com os companheiros da direção partidária, com os militantes, saudando a libertação do Lula, que teve a sua privação da liberdade de forma injusta, através de um processo hoje conhecido no mundo inteiro. Processo judicial que tem sido estudado por todas as correntes do pensamento jurídico nacional, que é praticamente unânime em reconhecer a forma arbitrária, a forma manipulada como o nosso presidente foi alvo do *lawfare*, a perseguição do aparelho jurídico em relação ao seu comportamento político. Evidentemente que se abre agora um debate nacional sobre, realmente, se os fundamentos da nossa Constituição, que devem permanecer garantindo a inocência, o pleno direito de liberdade até o trânsito em julgado dos processos.

Por isso foi com muita alegria que nós estivemos, nesse final de semana, em Conquista e na região, pela libertação do companheiro Lula, que, conforme a imprensa e também as informações dos nossos dirigentes, ele estará, provavelmente, em Vitória da Conquista e no Nordeste, neste final de semana, aqui na reunião da Executiva Nacional e no Recife, no Festival Lula Livre.

Quero também ainda, em relação a minha cidade, Vitória da Conquista, parabenizar os organizadores, sobretudo das representações religiosas, pelos atos religiosos que ocorreram no aniversário da cidade, 179 anos. Tanto a Igreja Católica como os evangélicos foram protagonistas de atos públicos, de missas comemorativas, no caso da Igreja Católica, e os evangélicos também com a Semana Cultural dos Evangélicos, com a Marcha para Jesus, que já é tradicional em Vitória da Conquista. E eu tive a honra de ser convidado e compareci a ambos os eventos. Aliás, os únicos eventos alusivos aos 179 anos do aniversário da nossa cidade, porque o poder público não fez absolutamente nada! A não ser o povo nas ruas, caminhando de bicicleta, rezando, alguns nos seus ambientes privados. Mas, de qualquer sorte, a cidade ainda respira um ar de progresso, de desenvolvimento.

E também não pude comparecer, porque se chocou com os horários dos eventos religiosos, a presença do governo do estado no Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima, com a presença do teatro, ou melhor, do balé do nosso Teatro Castro Alves e ainda outros espetáculos artísticos que emolduraram os 179 anos do aniversário de Vitória da Conquista.

Mas do poder público absolutamente nada, como disse. É lamentável, porque trata-se de... é um momento de identidade em que as pessoas recolhem a sua história, que revisam seu passado,...

O Sr. Zó: V. Ex.^a me permite um aparte, Excelência?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: (...) sua trajetória.

Pois não, deputado, V. Ex.^a está inscrito. Eu logo, logo passarei a palavra para V. Ex.^a.

E por isso nós tivemos, modéstia à parte, a oportunidade de conversar com muita gente, de reunir o nosso diretório. E nós, que fazemos parte de um grande projeto, que revolucionou aquela cidade, temos muito a comemorar! Porque mesmo não sendo governo municipal, tudo o que acontece na cidade ainda é resultado de investimentos que o ex-prefeito Guilherme deixou e os investimentos que o governo do estado da Bahia lá realiza. Sejam investimentos estruturais que repercutem na vida da cidade, como é a questão da água, o novo aeroporto, o Hospital de Base, ganhando cada vez mais investimentos em tecnologia e em equipamentos, em aparelhos, como também a construção do novo Hospital Afrânio Peixoto e tantas outras obras na cidade de emendas minhas e do deputado federal Waldenor Pereira, do deputado Jean Fabrício e de outros deputados que também foram votados na cidade que, independentemente de partido, têm ajudado o município e alguns órgãos do estado. Não fosse isso, como o deputado Jorge Solla, Marcelino Galo, não é? E mesmo até da Oposição, eu soube que tem algumas obras lá em Vitória da Conquista. Mas o prefeito absolutamente nada. Aliás, os deputados que ele votou, que ele apoiou sumiram do mapa político, não é? E alguns até estão em situação, realmente, do ponto de vista existencial, pessoal e político completamente lamentável.

Por isso nós temos motivo para comemorar.

Mas o nobre deputado Zó solicitou um aparte. Eu concedo a V. Ex.^a um aparte, nobre deputado Zó.

O Sr. Zó: Primeiro, eu quero, dentro do discurso de V. Ex.^a, saudar a nossa querida Vitória da Conquista, desejar a V. Ex.^a boa sorte no próximo pleito, vou estar aqui torcendo. Se eu tiver algum amigo lá, vou pedir, naturalmente, essa ajuda. Mas lembrar que a história dessa cidade, ela é permeada por essas questões culturais, nomes importantes, de Glauber Rocha ao mestre dos mestres da música brasileira, Elomar Figueira Mello, que dia 21 de dezembro vai estar completando 81 anos, não é?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: É verdade.

O Sr. Zó: (...) Eu queria mandar esse abraço a Vitória da Conquista pela importância dessa contribuição para a cultura brasileira, em nome de V. Ex.^a, do deputado Fabrício, dos deputados lá da região, e dos amigos de lá, mando essa lembrança para nossa Vitória da Conquista.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Quem sabe V. Ex.^a não comparecerá por lá, para descer ali na Casa do Carneiro e ouvir uma ópera dentro da Caatinga, não é? Algo assim medieval e ao mesmo tempo moderno. Estaremos lá a sua espera, a sua disposição.

O Sr. Zó: Um concerto, não é? Do mestre Elomar.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Um concerto do mestre Elomar lá Casa dos Carneiros, no meio da Caatinga.

Mas, Sr.^a Presidente, além, portanto, dessa alegria que nós constatamos nos nossos ambientes em que comemoramos o aniversário da cidade, eu quero registrar também a grande contribuição, como disse, que temos dado àquela cidade.

Além dos recursos deixados pela nossa administração, mais de R\$ 80 milhões para investimento na infraestrutura da cidade, o deputado federal Waldenor Pereira, com suas emendas do Orçamento da União e também complementando as contrapartidas do estado e mais algumas emendas minhas com um valor bem menor, todos nós sabemos, nós estamos lá melhorando os recursos hídricos, melhorando a agricultura familiar, com o apoio de alguns milhões de reais para a agricultura familiar, com tratores, com equipamentos para melhorar as tecnologias, com o programa Água para Todos, com mais de cinco mil cisternas construídas na zona rural.

Temos também apoios para a construção e melhoria da infraestrutura urbana, como é o caso da reforma e modernização da Feira da Patagônia, uma solicitação de lideranças de lá, sobretudo do companheiro Ricardo Gordo; ruas pavimentadas, recursos de mais de R\$ 4 milhões destinados às pavimentações de distritos como: José Gonçalves, Bate Pé, Cercadinho, Veredinha. E, ainda também, na área urbana, melhoria da Urbes VI e Renato Magalhães, com investimento da Embasa de emenda do deputado federal Waldenor Pereira.

Também na segurança pública, mais de R\$ 1,5 milhão nós temos destinado, só nesses dois anos, para Vitória da Conquista para melhorar as unidades do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária Federal e ainda outros equipamentos que destinamos à região que acabam, também, esses equipamentos, ajudando a nossa cidade.

Na educação, colocamos quase R\$ 5 milhões tanto na Uesb como também na Universidade Federal da Bahia. E muito mais, cerca de quase R\$ 3 milhões nas escolas estaduais para melhorar, construindo quadras, construindo e reformando os equipamentos físicos.

Na área da juventude, do esporte, da cultura, ciência e tecnologia, também temos destinado recursos para o esporte, para a cultura. Agora mesmo, estamos, lá, iniciando, na Uesb, um grande congresso de história dos sertões, tratando da questão histórica, do meio ambiente, da cultura sertaneja, com edição de livros, distribuição de material de suporte para que, nos currículos da região, possam ser abordadas as temáticas sertanejas. Reeditando e colaborando para a edição de livros de escritores importantes que retratam a cultura sertaneja, em especial na região de Caetité, de Brumado, Vitória da Conquista e, também, Chapada Diamantina. Por isso, nós temos muito a comemorar neste momento em que fazemos 179 anos.

Mas eu queria, Sr.^a Presidente, trazer também nesta minha fala, nesta minha intervenção uma temática, a temática estadual, que é a presença contínua do nosso governador Rui Costa. Aliás, eu não vou falar de outras regiões, porque aqui temos deputados, temos ouvido aqui todas as tardes, das segundas-feiras às quartas-feiras e,

às vezes, nas manhãs das quintas-feiras e até mesmo nas quintas-feiras à tarde, os depoimentos dos nobres deputados. Não há um deputado na Base do Governo que não tenha o que comemorar com esta administração de Rui Costa.

Aliás, o pessoal de Salvador anda que é uma alegria só na cara. Salvador sofreu uma revolução urbana que vai colocar o nosso governador Rui Costa, definitivamente, na história dos grandes gestores na área do urbanismo com muitas obras. E, agora, com esse adendo das ciclofaixas, ciclovias, permitindo que as pessoas utilizem o meio de transporte também como um meio de saúde e até de estética, de beleza, por que não? Porque quem corre, quem anda, fica mais saudável e mais bonito. Não quer dizer que, necessariamente, a feiura tenha a ver com doença, mas dizer que a caminhada, que o preparo físico, ajuda e torna a pessoa mais saudável, sim! Por isso Rui vai entrar para a história da cidade de Salvador como um grande e revolucionário governador.

E aí vai adentrando pela Baía de Todos-os-Santos os grandes projetos que estão aí sendo estruturados, como a Ponte Salvador-Itaparica, como aquele eixo que vai até a Costa do Cacau, obras, também, da interiorização da logística como a FIOOL, comissão da qual eu faço parte, que acompanha essas obras. Por isso, a nossa alegria também de estar comemorando esse momento da história da Bahia, aqui em Salvador.

Evidentemente que o quadro nacional nos traz muitas preocupações, seja porque o atual governo que, de forma atabalhoada, vem constantemente trazendo apreensões, preocupações na área do equilíbrio político, é um presidente, sobretudo, destrambelhado, que cria crise a todo momento, mas agora, além das loucuras pessoais, verbais, semânticas, ele me traz um pacote de maldades que vai aprofundar a crise das classes populares, que vai aprofundar a crise do povo brasileiro, no que diz respeito a sua condição de vida, de trabalho, enfim, a sobrevivência do nosso povo.

E aí é importante que a gente tenha em mente que agora esse governo, definitivamente, vai implantar um modelo liberal radical. Se antes, mesmo no período do Collor, no período também do Fernando Henrique Cardoso, foram introduzidas algumas medidas liberais, mas, nos anos 90 e nos anos 10, antes do Lula assumir, nós tínhamos ainda um guarda-chuva, uma âncora que era a Constituição brasileira, que era o arcabouço jurídico. E, contraditoriamente, ao mesmo tempo que o Collor tentou implementar o neoliberalismo a partir da sua ascensão, nós tivemos uma série de regulamentações da Constituição de 88, e que avançamos na regulamentação de direitos, como por exemplo, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o Estatuto do Idoso, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Estatuto da Cidade, legislação que permitiu o poder público regulamentar e avançar nas condições de melhoria do povo, através de políticas públicas.

Mas agora, surfando a onda reacionária que ocorre no mundo, o capitão está fazendo “estripulias”. E essas medidas que, aparentemente, têm um efeito imediato do ponto de vista moral, porque ele ataca o servidor público, ele ataca uma série de, digamos assim, que simbolicamente a imprensa tem batido, mas no fundo vai ser um desmonte total das condições do estado brasileiro. E não só do ponto de vista econômico, não só do ponto de vista da venda das estatais, da privatização de patrimônio público acumulado, muitos deles, ao longo de 70, 80, 90 anos, vão ser

entregues à iniciativa privada. Mas, além disso, desmonta as condições institucionais de uma burocracia do servidor público, trazendo para o mundo do trabalho uma verdadeira anarquia ou, se nós quisermos, um estado de natureza em que cada um vai ser o lobo do outro.

Por isso é muito preocupante, é muito preocupante. Não vou aqui dissecar, mas todos estão acompanhando aí e, o resultado final desse projeto, será tornar o Brasil numa verdadeira bodega no mercado mundial. Nós viraremos uma bodega!

O agronegócio, não se engane! O agronegócio não vai poder competir com as grandes corporações internacionais. Não vai! E logo, logo, nós estaremos observando aí o comportamento desses grupos.

Da mesma forma também os industriais, aquele para os quais o nosso governo destinou bilhões de proteção no mercado interno. Este mesmo grupo de industriais já começa a gemer porque abrindo o mercado, não vai ficar uma fábrica capaz de competir, mesmo com o mercado interno.

E a China está chegando, e a China está comendo pelas beiradas e vai tomar conta do mundo e logo, logo, todos nós seremos chineses. Quer os mais velhos adeptos de Mao Tsé Tung, quer os novos adeptos do neoliberalismo. Seremos todos chineses, por uma via ou por outra. Estaremos aí nos tornando budistas para poder suportar o sofrimento do povo brasileiro.

Mas, eu queria Sr.^a Presidente, portanto, dizer que nesse momento é fundamental que no plano da política possamos encontrar um caminho. E a libertação de Lula vai permitir isso. Que possamos reconstituir um bloco político, um bloco social que tenha uma agenda minimamente de defesa na nação brasileira, que tenha minimamente na sua agenda pontos para garantir, claro, a modernização do estado, um novo estado de fato é necessário, mas não esse que o Bolsonaro quer implementar a toque de caixa para favorecer o mercado internacional e os grandes grupos econômicos.

Mas, nós precisamos sim de um estado que possa tocar num ponto crucial desse país, estamos no mês de novembro, que é a questão das desigualdades históricas, desigualdades que começaram desde o seu processo de colonização com a escravidão e que não foi superado esse estado de desigualdade com a República.

E milhões e milhões de brasileiros que estavam fora da vida nacional começaram a se integrar nos anos 30 com Getúlio, nos anos 50 ainda com Getúlio também, nos anos 60 com João Goulart, agora nos anos 10 com Lula.

Brasileiros que não tinham acesso a um benefício cultural. Brasileiros e brasileiras, de gerações em gerações, que numa mesma família não tinha um membro sequer na universidade.

Famílias de cinco, seis gerações, que às vezes o diploma máximo era o diploma primário. Gerações e gerações de famílias e famílias afrodescendentes, dos sertões da Bahia cujo no seio familiar tinha apenas um ou outro no ensino médio e no máximo uma ou outra privilegiada que tinha o curso superior.

E quando Lula, com os partidos coligados, começaram a abrir oportunidades, começaram a construir possibilidades de mais renda, habitação, saúde, educação, vêm

setores das elites e promovem um golpe. Tiram do poder uma mulher honesta, ética: Dilma Rousseff. Vão adiante, e aprofundam o golpe e promovem esse desalento e desconstroem esta nação.

Mas eu dizia, portanto, que, nesse momento, é muito importante que o Lula solto possa dialogar, possa dialogar com a classe média mais intelectualizada, mais consciente, possa dialogar com o que restar das frações dos grupos dominantes, ainda em certa contradição com esse projeto de internacionalização da economia, para nós construirmos uma alternativa, no mínimo, socialdemocrata. Ninguém aqui quer fazer revolução, não.

O que nós queremos é minimamente um país democrático, que permita que as pessoas tenham uma casa para morar, como disse o Lula tantas vezes, que façam as três refeições diárias, que as nossas cidades sejam minimamente projetadas com espaços para o lazer, moradia e sobrevivência, Sr.^a Presidente.

Por isso é que nós estamos vendo essa tensão na América Latina, mas já ares positivos na nossa Argentina; o Chile, o campeão do neoliberalismo, depois de 30 anos, implementando... aquele modelo está voltando. E eu lembro, certa ocasião, que, com alguns colegas, estive no Chile para participar de um seminário e fizemos um tour, e a empresa de turismo disse: “Olha, não é preciso contratar guia turístico não, porque aí tem de sobra”. E conosco foi um professor com cerca de 70 anos de idade e a gente via no semblante dele uma tristeza. Depois de 35 anos de ensino, ele estava fazendo bico para poder sustentar...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a aposentadoria dele. Foi esse mesmo sentimento que veio agora à tona, derrubou o governo neoliberal e vai, sim, reconstituir uma social democracia mais humana no Chile.

Esse é o padrão que a gente deve perseguir no Brasil, uma democracia com direitos sociais e com justiça social.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Horário das Representações Partidárias. Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^a Presidenta, demais deputados, deputadas, os trabalhadores da imprensa que nos acompanham, as pessoas que acompanham também a nossa *TV ALBA*, a *Rádio ALBA*. Ocupamos essa tribuna hoje, Sr.^a Presidente, para tratar de um tema que acabamos não explorando ontem, na devida necessidade, que foi o tema do movimento das comunidades sem teto de Santo Antônio de Jesus.

Nós estivemos, semana passada, na última sexta-feira, no município de Santo Antônio de Jesus, para discutir o problema da moradia que tem ameaçado a dignidade de vida em duas comunidades, quais sejam, a comunidade de Nova Canaã e a comunidade da Moradia Digna.

Concretamente, nós temos uma polêmica em relação a um terreno ocupado por aqueles galpões onde aconteceu aquela tragédia em Santo Antônio de Jesus e foi ocupado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras sem teto. Trata-se de um terreno que a Coelba diz ser dona, mas, legalmente, está questionada esta situação.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Nós tivemos uma audiência pública muito representativa. E o anseio daquela comunidade é o de que os dois terrenos sejam disponibilizados para a construção de moradia popular.

A polêmica, concretamente, para finalizar, Sr.^a Presidenta, é a de que a prefeitura... Eu quero apelar ao deputado Rogério, porque seu pai, também, Rogério, Rogério pai, é prefeito da cidade de Santo Antônio de Jesus. Ao nosso ver, ele precisa ter um posicionamento firme em defesa dos interesses dos moradores de Santo Antônio de Jesus fazendo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a desapropriação dos dois terrenos, um deles, a desapropriação do terreno da Coelba que hoje...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. HILTON COELHO: (...) se nega a disponibilizar aquele terreno para a construção das moradias populares.

Foi uma audiência com muita participação das comunidades que seguem em processo de mobilização com a principal reivindicação de que esses terrenos sejam disponibilizados. E o caminho principal mais efetivo, neste momento, são os decretos de desapropriação que precisam ser baixados pelo prefeito Rogério Andrade.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Na ausência do líder em Plenário, eu fiquei na incumbência de indicar os oradores. Falarão o deputado Robinho durante 6 minutos e o deputado Niltinho pelos outros 6 minutos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Robinho pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ROBINHO: Sr.^a Presidente Maria del Carmen, colegas, imprensa, nem sempre a gente tem oportunidade de falar coisas boas. E, infelizmente, lá, no Extremo Sul, nós estamos tendo um problema de picuinha política. Trata-se de um problema pessoal entre o prefeito de Teixeira de Freitas e o deputado Robinho, e que nada tem a ver o consórcio de saúde e nada tem a ver, também, a Ciretran de Teixeira de Freitas.

Por falar de consórcio de saúde, essa é uma obra maravilhosa que o governador Rui Costa implantou e vem implantando na Bahia, pois as policlínicas têm sido motivos

de elogios e palmas por todos os cantos e recantos da Bahia. E, de forma imperiosa, de forma impostora, o prefeito de Teixeira de Freitas, por ser Teixeira a cidade polo daquela região e por ele ter um problema pessoal com o deputado Robinho, problema esse que o consórcio de saúde não pode pagar essa conta, tampouco a Ciretran.

Então impôs-se, ali, o seu filho, que já era presidente da APES-BA (Associação de Prefeitos do Extremo Sul da Bahia). O que eu entendo? Não pode um presidente de uma associação presidir uma outra. Impôs-se a candidatura do seu filho, prefeito de Alcobaça, como presidente do consórcio de saúde. Isso é uma forma que, sempre, vem fazendo esse cidadão no decorrer da sua vida política.

E para não ficar por aí, lá, nessa reunião, ele falou que aquilo era coisa pessoal, que quem se aproximasse, quem se tornasse ou quem era amigo do deputado Robinho, era inimigo dele.

Agora eu pergunto o seguinte. O que tem a ver o consórcio de saúde, possuidora de responsabilidade com vidas, com o problema pessoal entre duas pessoas ou dois políticos?

Bem, quanto a isso, ele estendeu até a Ciretran. Todo mundo sabe que as Ciretrans da Bahia funcionam, praticamente, com parte de funcionários das prefeituras. E isso não é diferente, lá, em Teixeira de Freitas. E a Ciretran de Teixeira de Freitas é a segunda maior do interior da Bahia, pois, durante este mês, a prefeitura de Teixeira de Freitas recebeu, na sua cota, R\$ 1,6 milhão oriundos dos tributos do Ciretran de Teixeira de Freitas. Ali, havia 16 funcionários. Desses 16 funcionários, nove eram oriundos de prefeituras, quais sejam, sete eram da prefeitura de Teixeira de Freitas e dois da prefeitura de Alcobaça.

E por que a indicação da coordenadora da Ciretran de Teixeira foi indicação do deputado Robinho, esse prefeito chamou a coordenadora e falou: “Ou você fica com o deputado ou fica comigo.” Olhem! Isso é para você ver a mesquinhez de um prefeito de uma cidade de Teixeira de Freitas. E sabem o que ele fez? Tirou todos os funcionários da Ciretran. E uma Ciretran daquele porte, que atende à região do Extremo Sul, funciona caoticamente.

Eu, agora, vou ter uma audiência com o diretor do Detran da Bahia, o Sr. Rodrigo, para ver o que se pode fazer. Nós temos opções, quais sejam, a primeira opção é que o governo do Estado possa, através do primeiro emprego, ajudar a Ciretran de Teixeira de Freitas; outra opção é fazer parceria com as universidades da cidade de Teixeira, colocando alunos da Faculdade de Direito para fazerem estágio na Ciretran. Mas isso precisa de um convênio com o Detran da Bahia. É uma coisa que eu, também, vou estar com o nosso diretor.

Então, vejam a mesquinhez e a pequenez de um prefeito ao chegar ao ponto de dizer “quem é amigo de Robinho é inimigo meu”. Eu não acho que precisava chegar a esse ponto, simplesmente porque eu cheguei para o prefeito e falei o seguinte. “Prefeito, o seu modelo de política não serve para mim. Não quero mais fazer política com você.” E, aí, ele se indignou com isso!

Mas não só notícia ruim nós estamos a trazer. Eu, inclusive, estive com o secretário da Segurança Pública. Estou fazendo uma denúncia na Secretaria da

Segurança Pública. Fui até o comandante-geral Anselmo Brandão. Tudo isso porque a conduta de vida do prefeito de Teixeira de Freitas é conhecida na nossa região e na Bahia. Então, me trouxe um certo receio pelo seu comportamento na sua condução de vida.

Mas, eu quero agradecer também ao governador.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Quero agradecer ao governador, porque, hoje, a empresa Pavicol está asfaltando o acesso até a Juerana. Juerana é uma cidade histórica, uma comunidade histórica que pertence ao município de Caravelas. E o município de Caravelas é a segunda cidade mais antiga da Bahia. Juerana é um dos maiores distritos de Caravelas. E o governo do Estado, o governador Rui Costa, através do secretário de Obras da Bahia, está fazendo o acesso para Joeirana.

Envio um abraço ao povo de Joeirana.

Muito obrigado, governador!

Parabéns, prefeito Silvio Ramalho, pelo seu trabalho.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Niltinho pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. NILTINHO: Boa tarde, presidenta, boa tarde, todos nobres colegas da Casa, imprensa presente e todos os servidores desta Casa Legislativa.

Eu quero, na oportunidade, mais uma vez, reiterar o nosso Projeto de Lei n.º 23.454/2019, onde tratamos de um Programa de Integridade da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Estado da Bahia.

O que isso significa?

É o famoso *compliance* tão utilizado e tão falado. É o *compliance* para o setor privado. Eu destaco a necessidade do *compliance* para o setor público. Isso é uma necessidade latente onde, infelizmente, é acometido pela máquina pública, não só no estado da Bahia, mas em todo território nacional de atos de corrupção.

Então, o que significa esse programa de integridade? Significa a normatização interna, melhor, dentro do governo do estado, ao criar leis e punições que possam, de fato, fazer com que o servidor, ele cumpra à risca a lei.

Isso já é exigido no setor privado. No privado, já existe. Mas não adianta a gente ter a expectativa de que o setor privado faça o seu papel, que ele aja com lisura, com responsabilidade e com seriedade com o uso do recurso público se o funcionário do setor público não corresponder da mesma forma.

E quando a gente fala disso, não se trata, apenas, dos servidores indicados ou estatutários da Casa, mas isso inclui, também, as empresas terceirizadas e as prestadoras de serviço dentro do governo do estado da Bahia.

Quero, também, destacar o nosso PL n.º 23.624/2019. Falamos sobre aulas semanais de defesa pessoal para as meninas, para as mulheres, nas escolas públicas e privadas do estado da Bahia, sejam elas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

O isso significa?

Nós estamos vivendo um duro momento da nossa vida e do nosso país que é o feminicídio. Ligamos uma televisão, ligamos os rádios, acessamos os *sites* e vemos todos os dias mortes de mulheres causadas por seus companheiros, maridos, pessoas próximas do seu convívio. Esses se sentem donos da mulher ou se sentem na posse daquela mulher ou daquela senhora e causam as suas mortes. As mulheres, infelizmente, sofrem as consequências gravíssimas por atos causados por seus parceiros.

Eu quero relatar um exemplo que eu conheço de perto, porque é uma amiga, uma pessoa que tem uma história de sofrimento, mas que teve um final feliz. Trata-se de Isabela Conde. Ela levou 65 facadas, tomou 65 facadas, 65 perfurações em todo o corpo através do namorado dela. Pasmem, graças ao nosso Bom Deus e às aulas de defesa pessoal que ela teve ao longo da vida dela, ela teve a oportunidade, ela nasceu de novo e sobreviveu para contar a história dela para toda a Bahia e para todo o Brasil.

Esse foi um caso que emocionou todo o povo brasileiro. Ela teve a oportunidade de falar isso, lá, na *Rede Globo*, com Fátima Bernardes, e em todos os veículos de comunicação como *TV Record*, *TV Band*, *TV Bahia*. Enfim, ela teve a oportunidade de contar o relato dela em todos os veículos de comunicação.

Essa história dela serve como exemplo para este projeto de lei, pois ele tem, sim, uma homenagem, também, a ela, porque é sobrevivente. Ela se utilizou das aulas de defesa pessoal para sobreviver e conseguir se desvencilhar dos criminosos. Pasmem, esse criminoso era o namorado dela que levou dois comparsas para dentro do carro dela. Ele estava conduzindo o carro dela. Colocou os dois elementos dentro do carro para cometerem essa atrocidade. Ela, hoje, está viva para contar a história.

E nós apresentamos este projeto de lei importante para toda a sociedade baiana. Logicamente, isso tem um apelo nacional para a gente implementar, pelo menos, uma aula de defesa pessoal, para as mulheres, durante as aulas de educação física. Quanto ao tipo de esporte, esse pode ser o jiu-jitsu, pode ser o karatê, pode ser o taekwondo.

O importante é a gente poder preparar as futuras mulheres, preparar essas jovens para uma sociedade que, infelizmente, está acometida de muita violência.

Então, este é o nosso papel.

Não estamos propondo que essas meninas e essas mulheres saiam se defendendo ou tentando revidar para um cidadão que está utilizando uma arma de fogo ou até mesmo uma faca, que foi o caso dela. Mas a utilização da defesa pessoal deu a ela a possibilidade de ela se desvencilhar. Ela, por pouco, não seria estrangulada até a morte.

Então a defesa pessoal fez com que ela não se deixasse ser estrangulada, pois ela levou 65 perfurações. Ela teve de se fingir de morta para estar viva no dia de hoje. Mas, através dessa história que ela vem levando para toda a Bahia e para todo o Brasil, ela vai servir de exemplo.

Eu quero, aqui, fazer um apelo aos nobres colegas e aos nobres deputados. Vamos, sim, juntos, de mãos dadas, votar, o quanto antes, esses dois projetos que, para mim, são de grande relevância. Um PL trata da defesa pessoal das próprias mulheres em nosso esta da Bahia, portanto, contra o feminicídio.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. NILTINHO: Há, também, o outro PL que trata do *compliance* e da utilização da normatização do uso do recurso público do nosso estado, pois é o nosso bem maior. Todos nós temos a obrigação de prestar todo tipo de esclarecimento e prestar todo tipo de serviço que traga, realmente, proteção ao nosso estado.

Aqui, eu quero agradecer as presenças e a abertura deste canal no dia de hoje.

Um abraço a todos.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Eu agradeço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Pela ordem o deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, eu queria solicitar a verificação de quórum e a abertura do tempo de 15 minutos no painel.

O Sr. Alex Lima: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Pela ordem o deputado Alex.

O Sr. Alan Sanches: Se foi essa a questão de ordem do deputado Alex, eu já estou pedindo para abrir os 15 minutos.

O Sr. Alex Lima: Posso fazer minha questão de ordem, deputado Alan? Eu queria pedir...

O Sr. Alan Sanches: Se não for essa, V. Ex.^a pode.

O Sr. Alex Lima: Queria pedir a V. Ex.^a, com a autorização do deputado Alan Sanches, a contagem do tempo regimental, o soar das campainhas e a convocação de todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Alex foi redundante, mas está permitido, viu, deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Bom, estamos sob um pedido de verificação de quórum.

Gostaria de pedir a presença de todos os deputados e deputadas no Plenário desta Casa para a gente poder dar continuidade à atual sessão ordinária.

Convoco todos os deputados e deputadas da Casa para virem ao Plenário, pois estamos sob um pedido de verificação de quórum e precisamos da presença de todos e de todas.

Solicito zerar o painel. Por favor, assessoria, zerem o painel.

Convoco todos os deputados e todas as deputadas a se fazerem presentes para confirmar as suas presenças neste Plenário.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

(A Sr.^a Maria del Carmen Lula assume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Existe um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Alan Sanches.

Solicito a todos os deputados que se encontram no cafezinho...

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: O deputado Alan não marcou a presença. Portanto, está prejudicada a questão de ordem do deputado.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Alex Lima resolveu pegar no meu pé hoje!

O Sr. Alex Lima: Não, pensei que V. Ex.^a tinha saído. Se V. Ex.^a tivesse saído do Plenário, a questão de ordem de V. Ex.^a estaria prejudicada.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a acabou a sua questão de ordem? Finalizou?

O Sr. Alex Lima: Acabei. Finalizei.

O Sr. Alan Sanches: Posso agora estar com a palavra?

O Sr. Alex Lima: Pois não. Com todo o prazer, ouço V. Ex.^a.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado, eu estava fazendo a chamada, por favor.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria só fazer uma questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Tudo bem.

Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Na verdade, quando eu fiz a solicitação, inclusive me antecipando ao pronunciamento, à questão de ordem de V. Ex.^a, eu já solicitei a abertura do tempo regimental de 15 minutos.

Quando eu estava aqui, porque eu estava falando com a imprensa ali, tentei dar a presença. Mas, infelizmente, V. Ex.^a estava sendo redundante com a sua solicitação, porque eu já tinha feito. Mas é legítimo V. Ex.^a fazer a sua questão de ordem, mesmo que faça a questão de ordem, exatamente, igual à que eu tinha feito. Não há problema nenhum. O tempo não tinha sido aberto. Eu fiquei justamente sem dar. Mas eu teria os meus 15 minutos ainda para eu marcar a minha própria presença, porque eu estou presente aqui. Eu não sou obrigado a dar...

O Sr. Alex Lima: V. Ex.^a está presente ou não está.

O Sr. Alan Sanches: Eu perguntei a V. Ex.^a se tinha terminado. Muito obrigado, viu, deputado Alex?

Na verdade, eu teria, pois não há problema nenhum em dar, porque a presença da minha questão de ordem é a minha presença no Plenário. Digo isso porque se eu der a presença ali no painel e sair, V. Ex.^a vai dizer que eu não estou presente. Então V. Ex.^a

acabou de dizer o seguinte. V. Ex.^a achou que tinha caído o pedido da minha questão de ordem, porque eu não estava presente. Mas tem de escolher se quer a minha presença física, se quer a minha presença no painel, o que, para V. Ex.^a, vai comprovar a minha presença no painel.

Mas, aqui, é só uma brincadeira que estou fazendo com o querido amigo Alex Lima. Mas já estou dando a minha presença para ele ficar feliz lendo o meu nome aí.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu queria convidar todos os deputados a adentrarem ao Plenário para marcar as suas presenças, pois há um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Alan Sanches.

Nós temos matérias para votar hoje. Então há a importância de todos os deputados...

Solicito aos deputados que estão nos seus gabinetes ou em outros espaços da Casa adentrar ao Plenário para marcar as suas presenças.

Convoco os deputados Adolfo Menezes, Alex da Piatã, Antônio Henrique, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Quantos?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Doze até agora, deputado.

Continuando a chamada: Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Marquinho Viana, Mirela Macedo, nosso presidente Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo e Zé Cocá.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Pela ordem, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Eu queria comunicar algo ao Plenário. Enquanto os deputados chegam para registrar as suas presenças e para dar o quórum, aproveito para reforçar o pedido. Trata-se de uma solicitação. Vamos ter votações hoje. E é importante as presenças de todos e todas. Já temos 15 presentes. Estamos chegando perto. Por favor, colegas, marquem as suas presenças para a gente dar continuidade à sessão.

Mas, enquanto isso, eu queria partilhar o seguinte.

(Lê) “Recebi, no gabinete, o líder comunitário Davi da Silva, acompanhado de Erivaldo Nascimento, Sheila Sanches, Renato Andrade e Rita Sacramento. Eles são moradores do bairro da Liberdade que me acionaram para o meu mandato ajudar na interlocução com o governo do estado da Bahia, através da Secretaria da Educação, na reforma emergencial do Colégio Estadual Duque de Caxias, símbolo da história e da resistência daquele bairro.

A reforma total do colégio é urgente. Contudo, não poderia deixar de pedir a atenção especial para a quadra poliesportiva, pois, quando molha, devido às

perfurações no telhado antigo, tem trazido riscos aos estudantes que praticam esportes naquela quadra, tendo a sua segurança comprometida.

É importante salientar que, para além dos mais de 2 mil estudantes a serem beneficiados, a reforma de todo o colégio e a reforma da quadra poliesportiva trarão segurança a quase mil atletas que praticam atividades de desportos na quadra da escola, além da promoção das atividades culturais, educacionais e lúdicas.

As atividades desportivas das comunidades do bairro da Liberdade em parceria com a comunidade escolar do Colégio Estadual Duque de Caxias são coordenadas pelo líder comunitário Davi Gonçalves da Silva”, Sr.^a Presidente.

Quero aproveitar para convocar, novamente, todos os deputados para se fazerem presentes, a fim de a gente poder garantir a continuidade da sessão, Sr.^a Presidente.

Alô, Srs. Deputados, venham ao Plenário! Vamos registrar as presenças! Faltam seis registros para a gente ter a continuidade da atual sessão, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Mais uma vez solicito aos Srs. Deputados, pois há um pedido de verificação de quórum solicitado pelo deputado Alan Sanches para a continuidade da presente sessão. Chamo a atenção de que temos projetos na Ordem do Dia com a necessidade de serem aprovados os vetos do governador a projetos de origem dos deputados. Solicito, mais uma vez, a presença de todos os deputados que estão nas diversas dependências desta Casa, faltam 6 minutos, apenas, para o vencimento do prazo de verificação de quórum, e eu solicito que os deputados adentrem ao Plenário para dar presença.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto, o nosso Líder do Governo na Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, queria aproveitar este momento para dizer a todos os deputados e deputadas que hoje nós vamos apreciar aqui três vetos de origem do Executivo. Na semana passada, nós suspendemos aqui a votação e combinamos, em uma solicitação inclusive dos diversos deputados, eu e o deputado Targino combinamos que não votaríamos, para votar hoje. Então, eu queria pedir a todos os deputados que se fizessem presentes neste momento – faltam seis deputados –, para que a gente pudesse aqui apreciar esses três projetos.

Queria pedir aos deputados: Adolfo Menezes, Alex da Piatã, deputado Antonio Henrique, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios; Diego Coronel; Eduardo Alencar; Eduardo Salles; Fabíola Mansur; a deputada Fátima Nunes Lula; deputado Hilton Coelho; deputado Jânio Natal, deputado José de Arimateia; deputado Júnior Muniz; deputado Jurailton Santos; deputada Jusmari Oliveira; deputada Kátia Oliveira, deputado Laerte do Vando; deputado Luciano Simões Filho; deputado Marcelino Galo; deputado Marcell Moraes; deputado Marcelinho Veiga; deputado Marquinho Viana; deputada Mirela Macedo; deputada Neusa, que acaba de adentrar ao recinto junto com o deputado Marcelino; deputado Osni Cardoso; Pastor Isidório; Pastor Tom; Paulo Câmara, que está aqui já presente, vamos contabilizara presença dele; deputado Paulo Rangel; deputado Pedro Tavares; deputado Roberto Carlos; deputado Robinson Almeida; deputado Rogério Andrade Filho; deputado Samuel Júnior; Sandro Régis,

Soldado Prisco, deputada Talita Oliveira, deputado Targino Machado, deputado Tiago Correia; deputado Tom Araújo; deputado Tum; deputado Zé Cocá. Deputado Paulo Câmara está presente, então já há 21 Srs. Deputados aqui. Deputado Marquinho Viana. Já deu quórum para continuidade da sessão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Marquinho Viana agora apareceu.

Já tem quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. Deputado Alan Sanches, é V. Ex.^a que vai falar?

O Sr. Alan Sanches: Eu falarei por 6 minutos; o deputado Paulo Câmara, pelo tempo restante.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra, pelo tempo de 6 minutos, ao deputado Alan Sanches e, pelo tempo de 4 minutos, ao deputado Paulo Câmara.

O Sr. ALAN SANCHES: Coisa boa: os deputados aqui presentes no recinto, aqui no Plenário. E eu acho que nós temos que exercitar, aproveitar a presença do deputado presidente Nelson Leal. Eu falei isso na outra sessão e quero repetir hoje que nós precisamos mais uma vez fazer uma força-tarefa, para que a gente possa votar os projetos de iniciativa de deputado, não só honraria, não só nome de logradouros – claro que também é importante esse tipo de homenagem –, mas que a gente possa votar e apreciar projetos de iniciativas de deputados.

Eu tenho aqui, já este ano todo, feito uma defesa para que seja solucionado esse problema gravíssimo que é o Planserv. Mas muitas vezes os deputados e o próprio governo do estado ficam tentando informar que não há problema nenhum com o Planserv, como já tiveram aí algumas notas oficiais do Planserv informando que está tudo bem. Aí, para que as pessoas não precisem acreditar no que o deputado Alan Sanches, da Oposição, do DEM, fala, eu queria passar aqui uma leitura. Eu, normalmente, não faço os discursos com leitura, mas eu queria fazer essa leitura de uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas do Estado. Não é o deputado Alan que está falando, apenas estou aqui reportando para V. Ex.^{as}.

(Lê): *“Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) no Planserv apontou dívida de R\$ 62 milhões do plano de saúde com os credores e revelou também que cerca de 35% dos beneficiários tiveram dificuldades de receber atendimento médico.”*

Ao que o Planserv emitiu a nota de que está tudo bem, tudo norma. O Tribunal de Contas do Estado já informa que cerca de 35% dos beneficiários tiveram dificuldade de receber atendimento médico *“...após a administração do serviço decidir limitar a quantidade de consultas. Os dados referem-se a 2018 e constam de parecer elaborado por técnicos do TCE em relação ao exercício do ano passado do Planserv.*

Os auditores também apontaram outra situação considerada ‘seriamente preocupante’. De acordo com o corpo técnico do órgão, recursos que serviriam para

reserva técnica do plano em outras palavras, quanto é necessário ter em caixa para assegurar sua sustentabilidade financeira futura - estão sendo depositados em uma conta da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) e repassados para o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores (Funprev). A auditoria afirma que a operação pode “impactar negativamente na sustentabilidade do sistema...” porque o dinheiro deveria ser destinado ao Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estadual (Funserv).

As conclusões do relatório foram apreciadas pelo plenário do TCE, que, por unanimidade, determinou a anexação do parecer ao processo de prestação de contas da Secretaria de Administração do Estado (Saeb), administradora do plano, e expediu uma série de recomendações à pasta. Uma delas é de que o Planserv diminua sua inadimplência e faça o pagamento, em um prazo de oito dias após a apresentação da fatura, dos serviços médicos, principalmente os de urgência e emergência, realizados pelos prestadores. Os conselheiros lembram que o período é estabelecido pela Lei Estadual 9.433/2005, ‘evitando assim, a retenção ilegal dos valores devidos aos prestadores de serviços’. Os auditores levantaram que o pagamento é retido....” Pê-rê-rê; pê-rê-rê...

“Outra recomendação é para que o Planserv aumente a transparência e a publicidade de medidas que afetem diretamente os serviços recebidos pelos usuários. Em março de 2017, a administração estabeleceu um limite orçamentário para quitação das despesas médicas, além de mudar os processos para realização de consultas e exames.

A reestruturação provocou restrição nos atendimentos aos beneficiários, além de retenção dos valores que ultrapassassem...” Pê-rê-rê; pê-rê-rê...

O meu tempo vai ficar exíguo, eu vou voltar e vou continuar a posteriori. Mas o que eu queria chamar a atenção aqui é que isso aqui não é discurso de deputado da Oposição, do Dem, de forma alguma: Isso aqui é a leitura de um parecer técnico do Tribunal de Contas que, pela unanimidade, concorda com o parecer que foi dado pelos técnicos do órgão lá de fiscalização.

O que eu queria dizer é que cai por terra o que o Planserv vem dizendo: que o atendimento está normal, que não há problema nenhum com o plano de saúde Planserv. Na verdade, há. Na última vez em que eu estive na tribuna, agora, na semana passada, eu trazia justamente isso: que eu não consigo entender por que o governo do estado, através do Planserv, através da sua Secretaria da Administração, não sentam com os médicos, não sentam com as categorias, não sentam com os servidores, para que a gente chegue a uma solução. Uma coisa tão simples. Tem que saber fazer justiça, gente! O que os médicos solicitam é apenas que se faça justiça, uma coisa que seja justa; e não o que o Planserv e o governo do estado fazem como os seus servidores, com mais de 500 mil vidas, que são as dos associados desse plano de saúde.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Paulo Câmara, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. PAULO CÂMARA: Muito obrigado, Sr.^a. Presidente, muito obrigado, minha amiga Maria del Carmen.

Bom, senhoras e senhores, deputados, amigos da imprensa, amigos das Galerias, amigos que nos assistem através da TV ALBA, trago esse assunto com um tema que foi comentário aí durante a semana passada e aqui traz muita preocupação a todo nosso estado.

Conversava agora pela manhã com o deputado Jacó, com a deputada Jusmari com relação a Portaria nº 19.452, de 01 de novembro, publicada pelo Inema, que tem respaldo legal na Lei Federal de 1997, mas que traz a preocupação na instalação. O que é que diz a Portaria: (Lê) *“Determina que todos os usuários de poços tubulares do estado da Bahia acima de 126 m cúbicos diários para consumo humano – que atendem a povoados e cidades – e poços a partir de 43,3 m cúbicos diários, sejam obrigados a instalar hidrômetros e tubulação de monitoramento e saída de água, nos casos de poços para consumo humano, para que o estado faça a coleta e as análises necessárias de potencial de contaminação desses poços.”*

Vejam bem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que se traz aqui: se o Inema quiser, efetivamente, aferir, colocando hidrômetros; se aquele agricultor solicitou outorga de água para 100 mil litros dia e está utilizando 200, 300; maneira de punir, parabéns ao Inema. Estaremos aqui ao lado para apoiar.

A pergunta que deve ser esclarecida: se isso não é o primeiro passo para que se venha a cobrança – cobrança, justamente, em cima do agricultor. E os agricultores não aguentam mais serem taxados. É isso que nós precisamos colocar na Comissão de Agricultura, deputado Jacó – V. Ex.^a, da Região do Semiárido –, os agricultores, o pessoal de Lapão, Irecê, Canarana, de Luís Eduardo, Juazeiro, de Zó, não aguentam mais. Então, precisam trazer à luz da discussão o que se quer dizer essa Portaria. Se é para fiscalizar e acompanhar aqueles que, efetivamente, extravasam e utilizam mais do que é permitido, terá o meu aplauso e terá o meu apoio. Agora, se for o primeiro passo para cobrar do agricultor, aí, efetivamente, deputada Maria del Carmen, nós teremos que ser contra. Porque já está, desde 1997, nunca foi cobrado, apesar de ser legal, por que agora tomam essa medida?

E o agronegócio, deputado Alan Sanches, é responsável por 25% do PIB da Bahia. Este estado só está de pé devido ao agronegócio, senão, já teria pedido falência. E o governador, ao invés de apoiar, ao invés de ajudar, ao invés de incentivar esse setor, não: começa a criar, efetivamente, meios para puni-los. Volto a repetir: espero que isso seja apenas para aferir a utilização de água.

Mas aqui no seu artigo 2º. o que diz aqui o Inema: será verificado instalação de hidrômetro e captação em corpo de água; derivação em corpo de água; captação em lagos formados por meio de barramentos com ou sem regularização de vazão; captação de água subterrânea por meio de poço tubular; captação de água subterrânea para fins de rebaixamento de nível...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campanhas.)

...e captação em nascente ou surgência. Ou seja, fecha o cerco em cima do agricultor.

Portanto, acho que esta Casa, através da nossa comissão, deputado Jacó, precisa chamar os comitês de bacia para que possam trazer esclarecimentos e também o Inema, para que possa dizer a todos nós: “Não, nós queremos fiscalizar aqueles que utilizam a água de maneira errada, aqueles que extravasam, aqueles que não têm autorização para retirar do seu solo “x” mililitros...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) do que retira muito mais, a reiterar o nosso aplauso, a reiterar o nosso apoio.

Mas, se isso for uma medida para que no futuro venha cobrar, terá o nosso repúdio e terá, efetivamente, a nossa manifestação contar esse decreto.

Muito obrigado, Sr.^a presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Paulo Câmara, só para conhecimento de V. Ex.^a, e dos demais deputados, hoje pela manhã na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, de que V. Ex.^a também é membro, me parece, não?

O Sr. PAULO CÂMARA: Não, dessa, não.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Foi solicitado pelo presidente da Comissão, Pedro Tavares, para que, conjuntamente com a deputada Jusmari, se realizasse uma atividade, uma audiência pública sobre isso, que foi aprovada na comissão, onde ela colocava exatamente a necessidade dos esclarecimentos que são importantes para esse projeto.

Só para dar um esclarecimento.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado pelo esclarecimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, pela Liderança da Maioria, todos os tempos partidários serão dispensados, para que a gente posa ir para a Ordem do Dia.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a ainda vai falar?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, não.

O Sr. Tiago Correia: Sr.^a Presidente, questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Pela Minoria, também, nós vamos abrir mão dos tempos partidários, para que possamos adentrar na Ordem do Dia.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Então, já entraremos na Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ordem do Dia.

Existe um requerimento do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia, firmado por 21 deputados, votando... Solicito à Mesa que traga os deputados para a leitura e aprovação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O Grande Expediente...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já está na Ordem do Dia, já.

(Alguns Srs. Deputados se manifestam fora do microfone.) (Pausa)

Matéria em regime ordinário. Em discussão única e votação, mensagem 5.193/2019, de procedência do Poder Executivo, que veta....

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr.^a Presidente. Pela ordem, o deputado Alan Sanches. Se puder se deslocar um pouquinho, porque a Sr.^a não está conseguindo localizar a Oposição. (Risos)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Veta integralmente o projeto...

O Sr. Alan Sanches: Às vezes, não são os números que falam, mas sim a qualidade desses pares aqui. Mas, na verdade, o Robinson é um grande amigo. Só para confirmar com o deputado Rosemberg, há um acordo para que a gente possa votar os três votos do governador, e não mais...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Três vetos.

O Sr. Alan Sanches: Três vetos...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Só os três vetos.

O Sr. Alan Sanches: Os três vetos do governador, sem mais. Pronto. Só para o entendimento de todos aqui. Obrigado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): O.K.

Então, continuando, veta integralmente o Projeto de Lei nº 23.217/2019, de autoria do deputado Marcelo Veiga.

Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão. (Pausa) Como se trata de votação secreta, é preciso que haja número legal.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.K. Sr.^a Presidenta, gostaria de que V. Ex.^a marcasse os 25 minutos para que a gente pudesse iniciar a votação; no momento em que peço que chame todos os deputados para se fazerem presentes para que a gente possa iniciar essa votação.

Já aproveitando, pedindo a todos os deputados e deputadas que se façam presentes que nós vamos votar os projetos que estão na Ordem do Dia, três vetos de iniciativa do Executivo. E esses projetos têm votação secreta. Como tem votação secreta, são necessários 32 Srs. Deputados e Deputadas presentes na sessão. Por conta disso, eu queria já convocar todos os deputados e deputadas a se fazerem presentes, neste momento, para que a gente possa, inclusive, após o término desse veto, teremos mais dois para serem apreciados. Então, eu queria chamar todos os deputados e deputadas.

Por isso, deputada Maria del Carmen, eu queria que V. Ex.^a marcasse o tempo necessário para que a gente pudesse convocar todos os deputados, no período dos 25 minutos.

O Sr. Nelson Leal: Pela ordem, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Nelson Leal, nosso presidente da Casa.

O Sr. Nelson Leal: Deputada Maria del Carmen, eu queria aproveitar este momento...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Permite-me zerar o painel?

O Sr. Nelson Leal: Não, deixe eu concluir a minha questão de ordem, deputada.

Eu gostaria de aproveitar aqui, esta tarde, para convidar todos os deputados e deputadas, aqui da Bahia, para se inscreverem no nosso Congresso da Unale. Nós vamos ter, aqui, na próxima semana, nos dias 20, 21 e 22, o XXIII Congresso Nacional da União dos Legislativos Estaduais. E, para a nossa alegria, os parlamentares do Brasil, de forma unânime, vão ter a oportunidade de eleger a nossa amiga Ivana Bastos, que será candidata única, e é fundamental que todos os deputados, todas as deputadas, que os 63 deputados se façam presentes. Porque é uma satisfação muito grande para a Assembleia Legislativa da Bahia tê-la como nossa presidente, nossa presidente no próximo ano, conduzindo com muita sabedoria e com muita maestria. É uma honra para a Bahia, e eu tenho certeza absoluta de que vai ter o comparecimento maciço dos nossos parlamentares.

Então fica aqui o nosso convite e aproveito também para fazer um convite para que todos se façam presentes, aqui ao Plenário, pois iremos votar três vetos. E é necessário a presença de 32 Srs. Parlamentares.

Obrigado, minha querida presidenta Maria del Carmen.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito que seja zerado o painel e marcados os 25 minutos. Registro que há um pedido do deputado Tiago Correia para a verificação do quórum para votação dos vetos do Sr. Governador aos projetos de origem desta Casa.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem para a deputada Fátima Nunes Lula.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados aqui presentes, eu quero nesses minutos da questão de ordem solicitar a todos os pares que estão aí na sala do cafezinho, no saguão, que adentrem rapidamente para que a gente possa conferir o quórum de votação. Mas ainda queria aproveitar esses minutos para parabenizar e registrar uma ação muito importante que foi realizada, hoje pela manhã, pela Procuradoria-Geral do Estado, o lançamento de uma revista em comemoração aos 30 anos da Lei Caó, a lei que determinou que o crime de racismo é um crime inafiançável e imprescritível. E então a gente parabeniza o nosso procurador Paulo Moreno e, em nome dele, todos os funcionários, procuradores, técnicos, que compõem a Procuradoria-Geral do Estado por essa brilhante lembrança e contribuição a nossa

luta pela justiça social e de combate ao racismo, a todo o tipo de discriminação e intolerância. Uma revista que foi escrita a muitas mãos e que, com certeza, os seus textos servirão de grande contribuição para reflexão de homens e mulheres que lutam por essa causa tão valiosa.

Seria muito bom que após 519 anos uma lei como essa, como disse o procurador Paulo Moreno, nem precisasse existir, que os homens e as mulheres deste país já se entendessem, desenvolvessem as atitudes e os comportamentos de respeito como qualquer cidadão deve tratar um ao outro. Mas como ainda não existem essas atitudes, ainda há muito racismo, então é necessário continuar o trabalho de combate, o trabalho de diálogo constante para essa compreensão virar, cada vez mais, atitude de vida de todo e qualquer cidadão brasileiro deste país e desta nossa Bahia. Por isso queria fazer esse registro aqui.

E, mais uma vez, convidar todos os deputados. Já são 23 aqui que registraram a presença no Plenário, mas para votação precisamos de maioria, de 32. Portanto, convidamos a todas e todos a virem aqui imediatamente marcarem as suas presenças. Obrigada.

O Sr. Júnior Muniz: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Júnior Muniz.

O Sr. Júnior Muniz: Sr.^a Presidente, só para complementar a fala do nosso presidente, Nelson Leal, e dizer que já estou apto para votar na nossa amiga deputada Ivana Bastos, de uma elegância, e agradeço ao nosso amigo Fernando Filho, nosso doutor.

Sr.^a Presidente, eu quero, aqui, ressaltar a presença do meu amigo, pastor Jailson, da cidade de Feira de Santana, um homem de grande fé em Deus, que me ajudou muito na campanha em Feira de Santana. E meu ilustre amigo, pré-candidato a vereador, lá, com um trabalho belíssimo em prol do social de Feira de Santana, João, que eu tenho certeza que, em breve, estará na tribuna da Câmara de Feira de Santana defendendo o social e defendendo os menos favorecidos.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente. E convocamos os deputados para que venham dar presença, para que deem o quórum para votarmos os vetos. Muito obrigada, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr.^a Presidenta, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, quero, aqui, informá-los que a Comissão Especial do Transporte Complementar estabeleceu o prazo de até 30 de novembro para que os interessados possam informar a existência de linhas nas regiões e cidades que atuam. Nós estamos fazendo o cadastramento de todas as rotas e de todas as linhas, que é a base sob a qual nós temos que produzir uma legislação para regulamentar o transporte na Bahia.

A UPB já prestou essa informação para a Agerba, mas os deputados, na comissão, decidiram que é, também, muito importante que o Poder Legislativo complemente essas informações, porque, muitas vezes, por questões de natureza política, divergências na cidade, as informações não vêm de forma completa cedidas pelo prefeito.

Então, nós estamos, até o dia 30 de novembro, aguardando essas informações para que com esse banco de dados, a gente possa fazer um completo censo das linhas que estão funcionando na Bahia e poder regulamentar o transporte.

Mas, Sr.^a Presidenta, quero, também, aqui, prestar a minha solidariedade aos agentes comunitários de saúde de Salvador que paralisaram suas atividades por 48 horas. Salvador é a única capital do país que não paga o piso aos agentes comunitários de saúde. O piso é R\$1.250,00 e o salário, o vencimento base do agente comunitário de saúde e do agente comunitário de endemia é de, apenas, R\$877,00.

Eu estive na assembleia e estou aqui, neste plenário, prestando a minha solidariedade, o meu apoio a essa categoria, porque só a luta vai sensibilizar a prefeitura de Salvador para que priorize os investimentos na saúde que também ostenta a pior situação em atenção básica, apenas 38% de cobertura, deixando 1,8 milhão baianos sem atendimento básico de saúde, aqui, na nossa capital. Toda solidariedade e que o prefeito deixe de fazer tanta festa e cuide da saúde do povo, que é a prioridade aqui na nossa cidade.

Aproveito, Sr.^a Presidente, aqui, para reforçar, também, o convite a todos os deputados que estejam no cafezinho, deputado Diego e deputado Pastor Tom, para a gente fechar o quórum de 32 e poder votar a matéria existente na Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Alex Lima: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito aos Srs. Deputados que estejam nos diversos espaços desta Casa para adentrarem ao plenário e darem presença para a continuidade da presente sessão de votação de vetos a projetos de origem desta Casa.

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pedido de questão de ordem, primeiro do deputado Jacó, depois V. Ex.^a. O deputado Jacó já fez o pedido de questão de ordem. Transfiro ao deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Agradeço ao presidente Jacó, agradeço a V. Ex.^a, presidenta. Apenas para convidar todos os deputados e deputadas para a audiência pública e dividir essa audiência pública com meu querido Líder Rosenberg Pinto, que também foi idealizador da mesma, que se realizará no auditório, na próxima segunda-feira, dia 18, às 9h, para tratar sobre as recentes modificações no Contran/Detran, sobre a regulamentação do trânsito e os impactos na segurança. Ontem, nós assistimos o presidente suspender absurdamente o seguro DPVAT, além de outras arbitrariedades e maluquices, só dessa forma chamando.

Então, eu convido todos os deputados a se fazerem presentes para essa audiência pública que se realizará no auditório aqui desta Casa, na próxima segunda-feira, às 9h.

Obrigada, Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Jacó, questão de ordem.

O Sr. Jacó: Sr.^a Presidenta, eu queria mandar um recado aqui para a população de Irecê, os irrigantes, para esclarecer essa portaria do Inema, que está gerando muita preocupação, mas, também, tem muita desinformação Em *fake news*.

Eu queria tranquilizar os agricultores, dizer que a ação do Inema é uma ação de controle do uso da água e para medir a regularidade e a vazão dos poços. Todos os poços, os que tiverem outorga de água do Inema, que consumirem acima de 42 mil litros de água por dia, serão obrigados a botar o medidor de água, o hidrômetro, e botar o sistema para medir a vazão, o nível dinâmico do poço, para ter uma água normalizada com regularidade.

Tem um *fake* dizendo que isso vai ter cobrança do uso da água. Eu queria tranquilizar a população, os irrigantes, dizer que isso não procede, porque a legislação de cobrança do uso da água é estabelecida na Lei Nacional de Recursos Hídricos, de 1997, que estabelece, deputado Pedro Tavares, que a cobrança do uso da água para irrigação, ela é efetivada, construída pelos comitês de bacia. Então, quem vai definir esse processo de cobrança do uso da água para irrigação é o Comitê de Bacia. No caso do território de Irecê tem o comitê da Bacia do São Francisco, tem o Comitê da Sub-bacia do Rio Verde e Jacaré. Então, vai ser esse comitê que vai estabelecer o percentual, a forma de cobrança da água para irrigação e criar esses critérios para que isso possa viabilizar.

O Inema, essa portaria do Inema é exatamente para garantir o controle do uso da água, tanto para irrigação, quanto para o consumo das famílias nas comunidades rurais, e garantindo também que o poço, que o Inema possa monitorar a vazão da água, o nível da água que está sendo utilizada.

Queria também, Sr.^a Presidente, já que eu tenho ainda 2 minutos do meu tempo, parabenizar o prefeito de Irecê, o prefeito Elmo Vaz, um prefeito trabalhador, correria. Queria agradecer e parabenizar a sua secretária Dulce pelo excelente trabalho que vem fazendo à frente da Secretaria de Saúde do Município de Irecê, eles realizaram, recentemente, um mutirão de saúde, onde foram realizadas mais de 600 cirurgias. Então, já são quase 5 mil cirurgias realizadas no município de Irecê, mostrando assim o compromisso, o empenho do prefeito Elmo com o povo daquela terra.

Para finalizar, gostaria de reforçar o convite, deputados e deputadas se façam presentes a esta sessão, temos votações importantes, 3 vetos do governador serão votados e ainda estão faltando 3 nobres deputados registrarem suas presenças.

Conclamo a todos os deputados a se fazerem presentes, nossa nobre deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Convoco, mais uma vez, os Srs. e Sr.^{as} Deputadas para adentrarem ao plenário e darem presença para que possamos realizar a votação sobre os vetos colocados pelo Sr. Governador do Estado.

Chamando os deputados Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Antônio Henrique Jr., Capitão Alden, Davi Rios, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Hilton Coelho, Jânio Natal, José de Arimateia, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcell Moraes, Marquinho Viana, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Vitor Bonfim e Zé Cocá.

Trinta deputados presentes, precisamos de 32 deputados no plenário.

Então, por favor, chamando os deputados Zé Cocá, Vitor Bonfim, Robinho, que esteve aqui nessa tarde conosco, Roberto Carlos, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Jânio Natal, José de Arimateia, Alan Sanches, Alex da Piatã, Adolfo Menezes.

Precisamos de mais 2 deputados aqui no plenário.

O Sr. Pastor Tom: Questão de ordem, deputada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem.

Completo? Já tem 32? Deputado Robinho, já deu presença? Trinta e dois Srs. Deputados, no Plenário

O Sr. Pastor Tom: Questão de ordem, deputada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, Pastor Tom.

O Sr. Pastor Tom: Deputada, eu queria aproveitar essa oportunidade, que a maioria dos deputados que estão aqui na Casa e convidar a todos os deputados, amanhã a Igreja do Evangelho Quadrangular vai estar fazendo uma sessão aqui comemorando 50 anos da igreja na Bahia e não é qualquer igreja que faz 50 anos.

E, queria aproveitar e convidar a todos os deputados e na mesma oportunidade nós vamos dar um Título de Cidadão Baiano ao presidente da igreja Pastor Valdemar Jacinto Costa.

Sintam-se todos os colegas convidados e se puderem me prestigiar no dia de amanhã vou ficar muito feliz.

Oh, Glória!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Em votação, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação. Como se trata de votação secreta, solicito...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para encaminhar.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): (...) para encaminhar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, a Liderança da Maioria indica o voto sim, sim. Nós vamos votar mantendo o veto do governador. Então vota sim, mantendo o veto do governador...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Quero orientar toda a Bancada a votar, sim.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: A minoria vai contra o Rui veto, e vamos votar não, ao Rui veto.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Todos votar no painel. Voto no painel.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A Bancada da Maioria indica voto, sim. Voto sim, para manutenção do veto do governador. Entendendo de que na realidade para derrotar o veto é que tem que ter maioria.

(Vários Srs. Deputados falam fora do microfone)

Esse é o veto de Marcelinho Veiga. Marcelinho Veiga, esse é o veto do projeto de lei do deputado Marcelinho.

O Sr. Alan Sanches: Deputada Maria del Carmen...

O Sr. Euclides Fernandes: A Sr.^a Presidente, qual é o projeto que está em votação? Qual é o projeto que está em votação?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Por favor. É impossível... Pela ordem deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria de, assim que possível, fazer a declaração de voto.

A Solicitação de declaração de voto do deputado Alan Sanches. V. Ex.^a pode fazer.

O Sr. Alan Sanches: A Oposição estará votando contra, votando não, ao Sr. Rui... estão boicotando o microfone aqui, presidente...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Lembrando que isso é voto no painel, depois todo mundo vai saber como é que cada um votou, viu.

O Sr. Alan Sanches: A Oposição votará não, ao Sr. Rui veto.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): A Oposição coloca o voto não, e a situação vota sim.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O governo vota sim.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Governo, a Base do Governo vota sim, esse é o projeto do deputado Marcelo Veiga...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu só quero dizer para os deputados que depois todo mundo vai saber aí em quem votou.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Esse é o projeto de Marcelo Veiga que acrescenta três itens ao art. 176 da Lei nº 6.667/94, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, Civis do Estado da Bahia...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já deu os 32, presidente, já deu os 32.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já têm 33 votos. Resultado da votação, 22, sim; 11, não. Portanto, mantido o veto do Sr. Governador do Estado que

veta integralmente o Projeto de Lei nº 23.217/2019 de autoria do deputado Marcelo Veiga. **(Publicada a Mensagem nº 5.193/2019 no DOEL em 28/9/2019.)**

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Vamos entrar em processo de votação do segundo veto do Sr. Governador, Mensagem 5.191/2019 de procedência do Poder Executivo que veta integralmente o Projeto de Lei nº 21.074/2015 de autoria do deputado Alex da Piatã.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Designo para relatar a matéria o deputado Robinson Almeida.

Esse projeto tinha como proposta, instituir o programa Fila Zero para realização de exames de ressonância magnética e tratamento de quimioterapia e radioterapia.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, é o parecer em relação ao veto do Ex.^{mo} Sr. Governador, ao Projeto de Lei nº 21.074/2015 de autoria do deputado Alex da Piatã.

(Lê)“O veto, com amparo do §1º do art. 80, combinado com o inciso V do art. 105, ambos da Constituição do Estado, alcança todo o projeto, uma vez que este ‘traz atribuições a órgãos públicos, se imiscuindo em competências do Poder Executivo, quais sejam, a de legislar sobre a organização das atividades de Secretaria de Estado e sobre a prestação de serviços públicos no caso de majoração de despesas, conforme dispõem os incisos VI e VII do art. 77 da Constituição Estadual’, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.

Com efeito, a proposição, além de conferir atribuições aos hospitais da rede pública estadual e dos conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado da Bahia, implica na majoração de despesas, afrontando os dispositivos constitucionais acima referidos e levando o Chefe do Poder Executivo a vetar integralmente a proposição.

Pelas razões expostas, e considerando pertinentes as explicações contidas na Mensagem Governamental, opino pela manutenção do veto integral do Ex.^{mo} Sr. Governador ao Projeto de Lei nº 21.074/2015.”

É o parecer, Sr.^a Presidenta!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado... deixa eu votar o parecer. Está votando o parecer do relator.

Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Aprovado nas comissões.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Para discutir a mensagem de veto integralmente ao Projeto de Lei nº 21.074/2015 de autoria do deputado Alex da Piatã, o deputado Paulo Câmara, como Líder da Minoria.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, aqui, presentes, que alegria ver esta Casa cheia, não é? Muito bom. Quisera fosse assim toda semana. Porque hoje, deputado Alan Sanches, hoje inicia a “Semana do Rui Veto”. Hoje começa efetivamente a “Semana do Rui Veto”.

E aqui eu vejo, deputado Zé Raimundo, que nós discutimos hoje na CCJ instituição de dia, instituição de semana, aprovamos o Dia da Salsa, o Dia do Rim, o Dia do Fígado, o Dia do Coração e hoje eu quero propor a esta casa, e já vou dar entrada, na “Semana do Rui Veto”, porque parece que o governador viu aquele filme: *Eduardo Mãos de Tesoura*.

Para que penalizar o deputado? Esta Casa já não produz quase nada e quando produz, S. Ex.^a o governador pega o deputado e corta na raiz. Não é possível, deputada Fabíola. Eu vejo o constrangimento de V. Ex.^a, eu vejo o esforço que V. Ex.^a tem de estar aqui defendendo o governo, defendendo a educação, apesar de ser a última educação do país. E ele, o que faz com V. Ex.^a? O projeto que V. Ex.^a estudou, se dedicou, deu parecer, foi aprovado na CCJ, e Rui, “o veto”, já começa a semana massacrando. Já podou a deputada Fabíola.

O deputado Marcelinho, coitado, foi querer ajudar os servidores, mas o governador não gosta de servidor público, até porque já são 5 anos sem aumento. Então, quando é para beneficiar servidor, outra cacetada, pau no servidor, pau no deputado.

E aqui, deputado Alex da Piatã, V. Ex.^a... Eu fui um dos primeiros apoiadores do seu projeto quando li, foi até votado em acordo. Como é que pode ser contra um projeto que trata do Programa Fila Zero para realização de exame de ressonância magnética, tratamento de quimioterapia, radioterapia, no atendimento a pacientes dos hospitais públicos estaduais, dos conveniados do Sistema Único de Saúde do estado da Bahia? Como é que pode ser contra um programa que defende aquele que já está no fim da vida? Uma pessoa que está com câncer não pode esperar 1 minuto, não pode esperar 1 segundo. E quando o deputado Alex da Piatã propôs o projeto, ele quis dar um pouco mais de conforto a essas pessoas, dar um pouco mais de dignidade. Eu não desejo essa doença ao meu pior inimigo. É uma doença sorrateira, é uma doença que chega de maneira silenciosa...

(Há tumulto em plenário.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Srs. Deputados, tem um orador na tribuna, por favor.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado, presidente. É porque quando fala Rui, “o veto”, vira um vespeiro, mas é Rui, “o veto”. Vamos começar de novo.

O projeto do deputado Alex da Piatã visa dar dignidade às pessoas, visa respeitar o ser humano. Aquela pessoa acometida por uma doença como essa merece o mínimo de respeito do poder público.

Claro que o governo não vai ter condição de atender a todos, claro. Ninguém está aqui querendo fazer nenhum proselitismo, nenhum populismo, mas claro que se o governador fizer um esforço de pelo menos tentar encontrar a “fila zero” para esse programa, já vai ser de muito mais valia.

Então, é nesse sentido, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que aqui eu vou votar não. E faço um apelo aqui. Se o primeiro placar já foi de 22 a 11, vamos mostrar a independência desta Casa, vamos fazer valer esse projeto, esse projeto que atende às pessoas que mais precisam, esse projeto que atende às pessoas do SUS.

Todos nós aqui podemos ter um plano de saúde, mas lá fora a maioria da população não tem plano de saúde. Todos nós aqui podemos bater na porta de um hospital particular, mas quem está lá fora, que vive do SUS, não tem condições de ter um hospital particular e tem que ter pelo menos um atendimento digno.

Então, deputado Alex da Piatã, quando V. Ex.^a propõe esse Programa Fila Zero, para pessoas em tratamento de quimioterapia e radioterapia é com o coração partido que eu vejo aqui o governador vetar esse programa. Poderia ser aproveitado esse projeto, chamando o deputado lá: “Não vamos fazer Fila Zero, vamos começar com esse programa, vamos fazer assim.” Não é vetando, a não ser que não tenha a menor condição de atender.

Então, portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados já vou propor, deputado Zé Raimundo, a Semana Rui Veto, que se inicia no dia 12 de novembro, anote aí, V. Ex.^a vai dar o parecer, para que a gente veja como é que esta Casa vai se comportar.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, essa é a minha mensagem, é com muita tristeza que vejo o veto desse projeto do deputado Alex da Piatã.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para orientar o voto, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu gostaria de orientar o voto e quero pedir aqui ao meu querido amigo, deputado Alex da Piatã, que teve toda a boa vontade no sentido de apresentar esse projeto, mas diante do vício de iniciativa, ou seja, o deputado teve toda a boa vontade, o caráter de analisar, mas houve um problema de vício de iniciativa o que gera uma inconstitucionalidade. Como aconteceu comigo aqui há 1 ano e meio atrás, por isso eu quero pedir vênica ao deputado Alex da Piatã, meu querido colega, mas indicar à Maioria que a gente vote “sim”, acompanhando a orientação da indicação feita pelo governador Rui Costa, no sentido de aprovar o projeto encaminhado de veto ao projeto já lido e relatado pelo deputado Robinson Almeida.

Então, orientando voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O Líder do Governo orienta o voto “sim”. Como vota a Oposição?

O Sr. Paulo Câmara: Encaminha “não” e fazendo um apelo, mais uma vez, aqui nesta Casa para que a gente possa ter mais um pouco de sensibilidade e mostrar a força desta Casa, a voz do Parlamento do Estado da Bahia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Coloca... Tem que indicar a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação, marque os 25 minutos, porque o voto é secreto.

Srs. Deputados, por favor, vamos iniciar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mais uma vez...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já temos aí 17 votantes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mais uma vez, eu queria indicar aos meus caros colegas o voto “sim”, encaminhando no sentido de validar a orientação do governador Rui Costa, pedindo tanto ao deputado Marcelinho, à deputada Fabíola e ao deputado Alex da Piatã, as boas intenções nos projetos encaminhados, mas que nós obviamente tivemos o entendimento diferenciado do ponto de vista da Procuradoria Geral do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O Governo orienta o voto sim, a Oposição orienta o voto não. Queria convidar todos os deputados que fizessem logo... que votassem logo para nós iniciarmos o próximo projeto aqui que iremos apreciar ainda na tarde/noite de hoje.

(Pausa)

(O Sr. Presidente procede à votação.)

Vamos encerrar a votação! Um momento que a deputada Neusa vai votar e a deputada Fátima Nunes também. Deputada Neusa, ainda falta V. Ex.ª votar. Muda para outro, deputada.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Só para esclarecer e lembrar mais uma vez. A Oposição está votando “não”, está votando contra os vetos do “Sr. Rui Veto”.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Todos já votaram? Encerrada a votação! Pode abrir o resultado. “Sim” 23 e 18 “não”, portanto, mantida a integralidade do veto do Projeto de Lei 21.074/2015. **(Publicada a Mensagem nº 5.191/2019 no DOEL em 28/9/2019.)**

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Próximo veto. Veto integralmente o Projeto de Lei nº 21.306/2015, de autoria da deputada Fabíola Mansur.

Designo para relatar o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: (Lê) *“Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ao veto integral do Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 21.306/2015, de autoria da Deputada Fabíola Mansur.*

Encaminha, à Assembleia Legislativa, o Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado, a Mensagem nº 5.192/2019, através da qual comunica a esta Casa sua oposição integral ao Projeto de Lei nº 21.306/2015, de autoria da eminente Deputada Fabíola Mansur, o qual 'Regulamenta o inciso VI, do Art. 4º da Constituição do Estado da Bahia, que dispõe sobre a comprovação absoluta da incapacidade de pagamento de serviços públicos de água, esgoto e energia elétrica.'

O veto, com amparo no §1º do art. 80, combinado com o inciso V do art. 105, ambos da Constituição do estado, alcança todo o projeto, uma vez que este 'se imiscui em competência privativa do Governador do Estado, pois dispõe sobre serviços públicos, que impliquem em aumento ou redução de despesas, conforme dispõe o inciso VII do art. 77 da Constituição Estadual', conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.

Com efeito, a proposição estabelece hipóteses de impossibilidade de privação de serviços públicos de água, esgoto e energia elétrica, mesmo em caso de inadimplemento por parte do usuário. Assim, em que pese a boa intenção da deputada proponente, acaba por acarretar aumento de despesas para o Poder Executivo, afrontando os dispositivos constitucionais acima referidos e levando o Sr. Governador a vetar integralmente a proposição.

Pelas razões expostas, e considerando pertinentes as explicações contidas na Mensagem Governamental, opino pela manutenção do veto integral do Exmº Sr. Governador ao Projeto de Lei nº 21.306/2015.

É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 17 de outubro de 2019."

Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito da comissão. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Agora no Plenário. Em discussão e votação a Mensagem nº 5.192/2019, de procedência do Poder Executivo que veta integralmente o Projeto de Lei nº 21.306/2015, de autoria da deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Alan Sanches: Deputado, eu gostaria só que registrasse que o meu voto na comissão é contrário também.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Para discutir a deputada Fabíola Mansur...

O Sr. Alan Sanches: Paulo Câmara também. Alan Sanches e Paulo Câmara votam contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) como autora da matéria. Paulo Câmara...

O Sr. Alan Sanches: Na CCJ.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Srs. Deputados, gostaria de discutir o projeto que foi de nossa autoria, que passou pela CCJ e todas as comissões pertinentes. Esse projeto apenas dá normativas para aquilo que já está na Constituição do Estado. O que diz a Constituição do Estado? É proibido o corte de serviços essenciais como água e luz a quem tem incapacidade absoluta comprovada.

No entanto, a nossa Constituição não diz, não normatiza, deputada Neusa, o que é incapacidade absoluta, fazendo com que, muitas vezes, as concessionárias desses serviços tenham estratégias próprias.

Evidentemente, não estamos legislando para mudança de Constituição, também não estamos dizendo nem imiscuindo na competência do governador, até porque, como presidente da Comissão de Serviços Públicos, é função desta Casa também estar tentando operacionalizar leis que têm, muitas vezes, deputado Euclides... que não estão normatizadas para que elas fiquem eficazes.

Então, compreendo que essa explicação se fazia necessária, porque é um projeto com um impacto social importante, um projeto que não muda a Constituição, um projeto que não gera despesa. E o que diz esse projeto? Apenas diz que em casos dessa comprovação de incapacidade, que eu coloquei a seguinte incapacidade... Vejam que no país onde o IBGE, na semana passada, viu o aumento das pessoas em extrema pobreza para 6,5% e de pobreza de 25,7, que são 52 milhões, apenas se diz que... Quais são esses usuários? A lei é apenas para mudar o inciso VI, deputado Rosemberg, do artigo da Constituição acrescentando que o (lê) *“Usuários residenciais de baixa renda que se encontrem em estado de pobreza ou extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) e R\$ 77,00 (setenta e sete reais), respectivamente, consoante estabelece o Art. 1º do Decreto nº 8.232, de abril de 2014 e registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.”*

Veja que esse projeto, tão somente, deputada Maria del Carmen, quis dizer o que é incapacidade absoluta. O entendimento inicial da CCJ foi que ele era absolutamente legal e constitucional. Bom. Precisava dizer, primeiro, que nós tivemos o cuidado da tramitação em todas as comissões. Segundo, do mérito do projeto ser extremamente importante num estado como a Bahia, que é um estado pobre, onde pessoas com incapacidade... Não estamos sugerindo a inadimplência, deputada Ivana. O que estamos dizendo é que é necessário um aviso de 10 dias, se a pessoa comprovar incapacidade, para que ela se justifique e depois possa se tornar adimplente. Não estamos gerando nenhum tipo... a não ser que uma carta ou o envio de alguma correspondência seja isso.

Quero, no entanto, deputado Rosemberg, dizer que posteriormente a CCJ compreendeu as argumentações do governo do estado e que nós tivemos o compromisso do governador, o compromisso de que algo dessa natureza pudesse ser realizado para, efetivamente, tornar mais claro o que seja essa incapacidade absoluta, e, portanto, contemplando o mérito dessa questão. Mas eu acho, deputado Líder, que é

importante, porque a gente tem um trabalho aqui, enquanto deputado, de fazer, deputada Jusmari, propostas de projetos para baianos e baianas.

Muitas vezes, a imprensa, a mídia, as próprias pessoas não entendem por que só se aprova dia estadual disso, semana estadual daquilo. Porque... são raros os projetos de lei porque nós estamos vedados pela Constituição de gerar despesas para o erário. Então isso cria dificuldades para os projetos de lei.

Claro que nós também entendemos que fazer projeto de lei não é a única função de um deputado estadual, deputado Robinho. Um deputado, ele fiscaliza o erário, ele debate temas em audiências públicas, ele dialoga com a população, ele coloca emendas em suas bases, ele defende os interesses da Bahia. Mas é verdade também que ele, considerando as demandas do povo baiano, quer ver os seus projetos aprovados. E esse projeto específico tem 3 anos, passou por todas as comissões, foi debatido em todas as comissões. Eu quero apenas, após esse relato, lamentar que a gente não possa ter, efetivamente, oriundo desta Casa, um projeto de lei que beneficie todos os baianos e baianas e que possa ser da nossa autoria.

Mas compreendo o compromisso do governo em fazer um projeto que ele entenda... que não se imiscua na competência do governo e nem gere aumento de despesas, que tenha o mesmo mérito. Afinal de contas, nós temos pessoas, pessoas de baixa renda, que perderam seus empregos temporariamente, que precisam de um prazo maior. Temos instituições sem fins lucrativos, como creches, temos pessoas em *home care*, idosos, que não podem, simplesmente, ser submetidas às regras das concessionárias. Há que se regulamentar, se normatizar as regras.

Mas tive a visita da Casa Civil, da Serin exatamente para esse compromisso, Líder Rosemberg. Que a gente possa, efetivamente, compreendendo a necessidade de tornar mais clara a nossa Constituição, que é omissa, e compreendendo também que em outros estados legislação semelhante já ocorre... esse compromisso: que nós possamos tornar essa matéria uma realidade para garantir àquelas pessoas que estão na pobreza ou extrema pobreza, pessoas sérias, que querem ser adimplentes... Porque vamos convir que há também uma grande perda de renda para as concessionárias por causa de pessoas desonestas, porque quem quer pagar a luz... quem não quer pagar está aí fazendo gato, mas aqueles que querem pagar encontram dificuldades momentâneas para pagar, precisam se justificar, ter prazo maior.

Então eu rogo a V. Ex.^a que, efetivamente, se comprometa, como já se comprometeu, como o governo se comprometeu, a votar aqui uma matéria semelhante, porque eu entendo que a Bahia precisa desse projeto, precisa da normatização daquilo que já é parte da nossa Constituição, isso é, vedar a interrupção de serviços essenciais para aqueles que têm incapacidade absoluta. Água é essencial para a vida digna e humana, e saneamento... luz e saneamento também.

Eram essas as minhas considerações.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Srs. Deputados, em votação. Como é que encaminha o Líder da Maioria?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, exatamente na linha da deputada Fabíola. Depois de todas as conversas que nós tivemos tanto com o deputado Marcelinho quanto com o deputado Alex da Piatã, quanto com a deputada Fabíola... Foi extremamente importante ela esclarecer as motivações desse projeto, inclusive é um projeto que teve, para além dessa questão, a própria iniciativa aqui. Porque esse é um projeto que tem um rito diferenciado, e não aconteceu assim.

Mas aí, aproveitando isso, o governador se comprometeu a analisar um projeto que pudesse atender à necessidade, retirando os vícios de inconstitucionalidade; e eu, sem dúvida alguma, no projeto que puder atender o deputado Marcelinho Veiga, o deputado Alex da Piatã e a deputada Fabíola... Serão eles os relatores desses novos projetos similares, obviamente corrigindo os vícios de inconstitucionalidade.

Nesse sentido, deputada Fabíola, na realidade, o problema todo é porque um desses serviços é prestado por um ente público, o que geraria despesas para o estado e o que levou à análise de inconstitucionalidade.

Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, se analisou um projeto sobre energia elétrica que foi aprovado por unanimidade lá, entendendo também que não se pode cortar esses serviços de uma forma abrupta, principalmente em casos em que as pessoas tenham problema de saúde. Então, nesse sentido, já que há esse entendimento, não teremos problema. Peço a todos, inclusive aos deputados da Oposição, que votem “sim” para que a gente possa atender à correção e garantir a aprovação dessa indicação de veto do governador Rui Costa.

Por isso, indico “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, o que nós percebemos aqui é o deputado Rosemberg, com habilidade na sua oratória, tentando explicar o inexplicável: o tratamento não cordial, não respeitoso do próprio governador, que hoje, nesta tarde, começa a ganhar o carimbo de “Rui Veto” porque ele veta os projetos de vários aliados. Estão chegando outros vetos do próprio governador, parece que por isso estão segurando aqui os projetos de iniciativa dos deputados, para que, mais uma vez, o governador, o Sr. “Rui Veto”, não venha vetar novamente projetos aliados. Poderia, sim, estar conversando com os deputados, poderia, sim, estar tentando negociar, caso achasse algum vício de inconstitucionalidade. Tem projetos que passam, aqui, anos, e não há a consideração do governo do estado, então não poderemos, de forma alguma, atender o desejo, o pedido do deputado Rosemberg em votar a favor desse veto.

Para nós, da Oposição, conversando, o entendimento é o de que votaremos contra o Sr. “Rui Veto”. Nesta tarde, hoje, ele recebe esse carimbo da Assembleia Legislativa: o de governador que mais veta projetos na Bahia. Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não é Rui e Neto, não, é Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Senhores, em votação.

Marque os 25 minutos.

(Procede-se à votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Senhores, como já tem 34 votantes...

O Sr. Paulo Câmara (fora do microfone): Aguarde que o placar está apertado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, queeee! (Risos) Vamos dar uma olhada aqui para ver quem é que falta votar. Vamos... Tem 35 votantes, todos já votaram? Aguardar só o deputado Adolfo, aqui, votar.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É, com certeza.

Encerrada a votação. Queremos ver agora o resultado: Sim: 20. Não: 16.

Portanto, mantido o veto do Sr. Governador. **(Publicada a Mensagem nº 5.192/2019 no DOEL em 28/9/2019)**

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olhe bem, só para não gerar nenhum tipo de questionamento por parte dos colegas aqui, na sessão passada nós deixamos combinados dois projetos assinados pelo deputado Targino e por mim porque nós suspendemos a sessão. Era um projeto do deputado Euclides Fernandes, que já estava com a dispensa assinada, e do deputado Tom.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Do Tom, Pastor Tom.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pastor Tom.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já estão aqui os dois.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já estavam aí, só estou colocando isso. Para isso, tem um projeto que passou por todas as comissões, que é de iniciativa do deputado Marcelino, que estava sobrestando a pauta. Por isso, como é um projeto que passou em todas as comissões, é necessário que a gente vote para destravar e vote os outros dois projetos que estão aí...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas os dois não. É... Nós iremos proceder à votação dos dois que têm dispensa. Assim, logo que terminarmos de votar, eu até tinha comunicado ao deputado Marcelino Galo, vamos colocar o projeto dele.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k., eu quero só informar que há um compromisso de, na próxima sessão, votarmos projetos de deputados. Todos os projetos devem passar na Comissão de Constituição e Justiça, exceto aqueles de dias e de honrarias. Quero pedir ao deputado Tiago que peça à Comissão de Constituição e Justiça prioridade para o projeto dele na terça-feira, para que nós votemos na parte da tarde aqui. Foi um compromisso feito, na realidade, também, para o dia 19, que é exatamente na próxima terça-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Lembrando que na próxima terça-feira vamos também votar, na comissão, as contas do governador Rui Costa referentes ao ano de 2016...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: De 2016 e 2017.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Importante lembrar que nós vamos aproveitar a próxima terça-feira para votar também...

O Sr. Alan Sanches: Esse projeto, só o interrompendo, V. Ex.^a, é de Marcelino Galo?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Marcelino Galo. É porque ele já estava travando pauta.

O Sr. Alan Sanches: Mas não ficou acordado...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, mas ele está na... ele está... este projeto está na Ordem do Dia. Ele tramitou todo, está na Ordem do Dia. Não depende...

O Sr. Alan Sanches: Mas, Sr. Presidente, só meu entendimento aqui, talvez eu não esteja conseguindo acompanhar a inteligência de V. Ex.^{as} nesta Casa: se esse projeto estava travando a pauta, esse projeto deveria ser votado antes de tudo, a não ser – a não ser – que nós tivéssemos um acordo, e não foi feito acordo. Não foi feito acordo!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Dos vetos foram...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Os vetos já estavam na pauta. Estavam travando pauta, os vetos estavam travando a pauta. Nós votamos primeiro os vetos porque estavam travando pauta. O próximo é justamente o de Marcelino Galo. É porque está travando a pauta.

O Sr. Alan Sanches: Eu vou pedir vista do projeto. Eu peço vista.

O Sr. Secretário da Mesa (Carlos Machado): Não pode pedir vista...

O Sr. Alan Sanches: Por quê?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ele já tem os pareceres. Ele já foi votado em todas as comissões, está travando a pauta.

O Sr. Alan Sanches: Está bom. Então vamos discutir o projeto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Minha sugestão, presidente, para ajudar: votemos os outros dois projetos...

O Sr. Paulo Câmara: Não pode...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ah! não! Está sobrestando...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está sobrestando a pauta.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ou tem acordo... Se tiver... Eu acho que nós temos duas opções: ou vota por acordo, ou vamos deixar para a semana que vem...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k., Sr. Presidente, vamos fazer o seguinte: ele discute, coloca um a favor e um contrário, e a gente coloca... Conversar com ele aqui.

O Sr. Alan Sanches: Na verdade, presidente, olhe bem, veja bem: eu acho que o que é acordado não é caro...

O Sr. Presidente (Nelson Leal): Pronto...

O Sr. Alan Sanches (...) porque acordo é igual a contrato, tem que ser bom para os dois lados. Quando nós começamos aqui o nosso dia, conversando com o deputado Tiago, com Paulo Câmara, com todos os nossos colegas, com o Pastor Tom, não haveria... absolutamente ninguém tinha conhecimento sobre esse assunto. Pronto. A partir daí o que eu vou sugerir à minha bancada, tenho certeza que é de comum acordo,

é que nós discutamos todos os projetos que forem colocados aí. Então, para mim, não tem problema... Porque havia um acordo, inclusive nós queimamos o nosso tempo porque fomos naquele encaminhamento...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então... É... Não. Deputado, concordo com V. Ex.^a, os outros dois projetos que tem aqui são projetos do deputado Euclides e do Pastor Tom que estão desde semana passada com as dispensas assinadas...

O Sr. Alan Sanches: Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) É... Se nós, por acordo, quisermos, podemos votar esses dois projetos...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Da minha parte tem acordo para votar os dois projetos.

O Sr. Alan Sanches: Da minha parte tem acordo. Estou aqui falando, com relação à nossa Oposição, do projeto do vereador Tom, que foi acordado durante a sessão – digo, do deputado Tom, que foi vereador, eterno vereador, igual a mim – e do projeto do deputado Euclides, também por acordo, esses são os projetos que foram acordados.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então nós faremos o seguinte: nós iremos votar por acordo esses dois projetos e na próxima terça-feira iniciaremos com a votação do projeto do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Alan Sanches: Eu não quero ser chato nem nada, mas conversamos aqui, não é opinião só minha, esse foi o acordo que nós fizemos...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pronto. Então o acordo vai ser mantido.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Acertada a seguinte situação: votaremos os projetos de lei oriundos do deputado Euclides Fernandes e do deputado Pastor Tom; e na próxima semana, iniciaremos pela votação do projeto de lei do deputado Marcelino Galo.

Então há... há sobre a Mesa um requerimento formulado pelos deputados Rosemberg Pinto e Targino Machado: (Lê) *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, as Lideranças da Maioria e Minoria, vem, perante Vossa Excelência, por comum acordo, com lastro no art. 162-A da Resolução nº 1.193/85, que dispõe sobre o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, REQUERER que sejam dispensadas as exigências regimentais referente a tramitação do Projeto de Lei nº 22.719/2018, o qual tem a seguinte Ementa: Institui o dia do Advogado Criminalista, no estado da Bahia.*

Cumprе consignar que o referido PL já teve sua análise constitucional apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Pede deferimento, Sala das Sessões, outubro de 2019.

Deputado Rosemberg Pinto, Líder da Maioria. Deputado Targino Machado, Líder da Minoria.”

Faltam os pareceres das comissões de Educação e Finanças.

Designo como relator o deputado Samuel Junior. Antes disso, defiro o requerimento.

(Pausa)

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr... Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente! Questão...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Eu gostaria de solicitar verificação de quórum para a continuidade da sessão e para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Os Srs. Deputados que queiram dar quórum, por favor...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Por favor, zere o painel, marque os 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento e pedir aqui... Eu entendo a emoção do deputado Marcelino, o projeto dele está sobrestando a pauta, mas no momento em que nós votamos e dissemos aqui que seria por acordo, alguns deputados saíram, entendendo que não iria necessitar de quórum.

Eu queria pedir ao deputado Marcelino, entendo porque realmente o projeto dele era o projeto que deveria estar sendo votado agora, mas como houve acordo, queria pedir ao deputado Marcelino que pudesse rever essa condição, votar por acordo, e vamos votar na primeira sessão de terça-feira esse projeto.

O Sr. Alan Sanches: A sua presença, deputado Rosemberg. (Pausa)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente. Pela ordem, presidente, enquanto o quórum não está restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Primeiro, solicitar aos deputados que façam, coloquem, inclusive nós, da Oposição, e o deputado Robinho inclusive, deem a presença aí para que a gente restaure logo o quórum de continuidade da sessão.

É... apesar do deputado Marcelino Galo, que hoje ficou, no bom sentido, de calundu.

Na verdade, quando eu fui questionado não estava nem falando do mérito do projeto do deputado Marcelino Galo, mas sobre os trâmites e os acordos que a gente tem encaminhado nesta casa. Então, não foi absolutamente nada contra o mérito do projeto do deputado Marcelino, que a gente ainda vai avaliar, discutir. Vai ter tempo, porque esse projeto está aqui desde 2015.

Mas eu quero pedir que a gente possa dar continuidade ao acordo selado pelas Lideranças, tanto da Oposição como do governo, que a gente possa fazer a manutenção do acordo. Porque se não puder fazer a manutenção...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já há quórum.

O Sr. Alan Sanches: Só para concluir, Sr. Presidente.

...do acordo, a gente já vai continuar a questionar os acordos e a autoridade tanto do Líder do governo, se for o caso, como da Oposição.

Mas se existe o acordo e o deputado Rosemberg fala como Líder escolhido pela Base do governo, a gente vai dar continuidade. Senão, da próxima vez a gente vai ter que ouvir todos os deputados e não só o Líder do governo e o da Oposição. Então, eu queria que a gente desse continuidade ao acordo selado aqui, nesta sessão, no dia de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Restabelecido o quórum, com a palavra o deputado Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas, antes de ler aqui o projeto, eu gostaria de reforçar o convite que o nosso presidente e a deputada Ivana já fizeram a todos os nossos colegas para no próximo dia 20 estarmos no evento da Unale. E o importante, presidente, é que gente vai a esse evento em todos os estados e agora o evento é nosso, aqui, em nosso estado. E é muito interessante que todos os deputados se inscrevam, participem.

O evento será no Centro de Cultura Cristã da Bahia. Está muito bonito. A Unale está se organizando para fazer um evento de excelência.

Projeto de Lei nº 22.719/2018, do meu amigo, colega e conselheiro deputado Euclides Fernandes, que institui o Dia do Advogado Criminalista no estado da Bahia. O projeto é legal, constitucional e sugiro a sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das Comissões...

O Sr. Marcelino Galo Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Eu gostaria de solicitar a verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Zerem o painel.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Deputados, eu acho que é uma temeridade se dar continuidade a isso que está acontecendo. Se a Bancada do governo não vai ter legitimidade, através do Líder, deputado Rosemberg Pinto, para fazer e celebrar os

acordos, eu, enquanto deputado da Bancada da Minoria, irei, na hora em que eu achar conveniente para o meu mandato, também melar qualquer acordo aqui, nesta Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches: E, dessa forma, eu quero deixar claro, aqui, que se abre um precedente gigante hoje, nesta sessão, por causa de calundu de deputado que não foi consultado para o acordo. Mas, se for assim, para mim, não há problema nenhum. Mas eu quero que todos os meus colegas aqui vejam o que é que está acontecendo. E depois, nós, da Minoria, vamos estar autorizados a melar qualquer acordo que se tenha nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, deputado Alan, já aconteceram casos aqui, na Casa, de nós combinarmos e haver diferenças dentro da bancada; casos na Bancada da Maioria, casos na Bancada da Minoria, o que é natural do Parlamento. Então, não é a primeira vez que acontece um fato em que um deputado se sente prejudicado. E é natural.

E eu entendo o deputado Marcelino, porque o projeto dele estava sobrestando a pauta. Entendendo...

Eu havia feito esse acordo – não foi hoje, foi na semana passada. Deixei, inclusive, a dispensa de formalidades assinada – porque, para votar os vetos, nós suspendemos a sessão aqui a pedido do deputado Targino, que cumpriu a combinação e não pediu quórum de verificação para os vetos.

Na realidade, eu pedi apenas para garantir a constitucionalidade dos vetos, uma vez que, como a votação é secreta, precisaria dos 32 votos. Mas, mesmo assim, a Bancada da Oposição não exigiu. Mas eu fiz questão para não se ter nenhum questionamento depois com relação à votação dos vetos do governador.

Então, eu queria, aqui, deputado Marcelino, entendendo...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, quero interromper V. Ex.^a porque eu preciso prorrogar a sessão.

Srs. Deputados, eu proponho a prorrogação da sessão por mais 60 minutos.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovada.

Volto a palavra a V. Ex.^a.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria aproveitar, aqui, e pedir... Eu entendo o deputado Marcelino e quero pedir desculpas se, por acaso, em função do projeto dele estar sobrestando, eu assumi o compromisso de dispensar as formalidades para que a gente pudesse votar os dois projetos, que são projetos... um deles é porque amanhã tem uma sessão do deputado Tom e ele precisaria fazer a apresentação numa sessão especial, o que ele vai fazer aqui amanhã, nessa sessão. Então, na realidade, havia essa necessidade.

Então, eu queria, mais uma vez, pedir ao deputado Marcelino que a gente possa, nessa coisa... com o compromisso de que na próxima sessão nós vamos fazer o primeiro projeto, sem nenhuma dispensa de formalidade de outro projeto qualquer.

Tem, inclusive, o projeto do deputado Tiago, que precisa ser votado no dia 19. Foi um compromisso que assumi por conta do dia 19, que também é um dia que ele está colocando como especial. Mas só o votaríamos, obviamente, após tramitar o projeto do deputado Marcelino, que, do ponto de vista regimental, sobresta a pauta e nós não podemos votar nenhum outro projeto sem fazer a análise dele. Até porque também nós fizemos isso com outro projeto, o do deputado Euclides, aqui, há um tempo, que sobrestou a pauta por, basicamente, 1 ano. Sobrestou a pauta, aqui, e nós fomos, sempre por acordo, votando, votando, votando. Tivemos essa generosidade do deputado Euclides.

E queria pedir, também entendendo a correção do deputado Marcelino nessa questão, que a gente pudesse votar esses dois projetos hoje, aqui, com a dispensa de formalidades. Porque eu já havia assumido esse compromisso tanto com o deputado Targino quanto com o deputado Euclides Fernandes na sessão anterior.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu quero propor a seguinte situação: nós, agora, não temos quórum para a votação. Nós, agora, podemos até ter o quórum para a continuidade, mas não temos os 32 para votarmos. Em função de ter sido feito um acordo com o Líder Targino e o Líder Rosemberg, se nós conseguirmos manter o acordo daremos prosseguimento à sessão. Senão, é melhor que a sessão caia e que a gente vote na terça-feira.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr. Presidente, não é motivo de dissidência, é uma questão regimental. Eu não estou, aqui, com nenhum calundu. Da vez passada, foi feito um acordo e também foi retirado um meu projeto e aprovado um projeto com conteúdo extremamente semelhante. E esse projeto que está sobrestando a pauta hoje, alguns deputados aqui nem conhecem o conteúdo desse projeto, que está na Ordem do Dia. E eu gostaria de que conhecessem o conteúdo e votassem se quisessem, mas que conhecessem, pelo menos, o conteúdo desse projeto.

Então, eu estou, aqui, ouvindo o apelo do pastor, que tem as suas obrigações. Eu acho que ele tem todo o direito, não vou criar essa contrariedade a ele, mas eu vou dizer que graças ao pedido dele... Porque nós não temos o direito de alterar o Regimento, porque isso é que leva a esse tipo de ação.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Marcelino Galo: Então, eu não tenho nada a ver. Eu estou, aqui, atendendo a um pedido do deputado Tom. Então, eu retiro a minha solicitação de quórum, e que ele faça a sessão dele.

Agora, que a gente garanta o Regimento desta Casa, porque um acordo como esse não pode, de forma alguma, se sobrepor ao Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agradeço-lhe, deputado, pela maturidade, pela compreensão. V. Ex.^a...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal) ...é um parlamentar extremamente solidário aos seus pares. Deixe-me só...

O Sr. Paulo Câmara: Marcelino, o generoso.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o parecer no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Agora, no Plenário. Em votação o Projeto de Lei nº 22.719/2018, de procedência do nosso querido amigo Euclides Fernandes. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, **por unanimidade, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 22.719/2018

Institui o Dia do Advogado Criminalista no Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Dia do Advogado Criminalista, a ser comemorado, anualmente, no dia 5 de novembro, no Estado da Bahia.

Parágrafo único. - O Dia que trata esta Lei, passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado da Bahia.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2018.

Deputado Euclides Fernandes

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, só para esclarecer...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem anterior à de V. Ex.^a! Aqui, ao lado dele aqui, viu? Mas como eu estou na Mesa...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Eu tinha feito primeiro.

Então, é Dia do Advogado Criminalista, é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Isso.

O Sr. Alan Sanches: Isso.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Dia do Advogado Criminalista. Se for um advogado trabalhista não vale, nem também do Cível.

O Sr. Alan Sanches: Não. Porque o Dia do Advogado também já tem.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Está bem.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, só para esclarecer aqui, que não paire absolutamente nenhuma dúvida a esta Casa e a quem nos acompanha, deputado Rosenberg.

Esta Casa é extremamente regimentalista. Eu só quero discordar do deputado Marcelino, sem criar, absolutamente, nenhuma contradição, mas esta Casa é extremamente regimentalista. E para que a gente possa dar continuidade ao Regimento às vezes nós fazemos acordos, como fizemos na semana passada, quando, apesar dos vetos do governador estarem sobrestando a pauta, nós votamos sete projetos de iniciativa de deputado. Então, por acordo fizemos a mesma coisa que estávamos fazendo hoje, e o acordo faz parte do Regimento desta Casa. Então, da forma que foi trazido aqui e levantado, parece que nós não estamos seguindo o Regimento.

Então, só discordei dessa parte. Eu acho que é legítimo ao deputado Marcelino Galo ficar chateado com isso, quando tem, como o deputado Rosenberg falou muito bem, algum interesse contrariado. É claro que a gente pode ficar chateado, mas eu acho...

O Sr. Paulo Câmara: Deputado Alan...

O Sr. Alan Sanches (...) que acordo feito é para ser cumprido. E, graças a Deus, deputado Rosenberg, apesar do deputado Marcelino não atender a V. Ex.^a, pois deixou claro que está atendendo ao colega Pastor Tom, mas...

O Sr. Paulo Câmara: Espere aí...

O Sr. Alan Sanches: (...) o que interessa é que o nosso acordo está mantido, mesmo com ele não atendendo ao deputado Rosenberg, como deixou extremamente claro.

O Sr. Paulo Câmara: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputados, deputados, a gente tem que votar em dois turnos! São dois turnos!

O Sr. Paulo Câmara: Só pela ordem, presidente.

Eu quero uma correção, aqui, do deputado Alan, que disse que o deputado teve calundu. Eu quero que ele, por favor, faça o conserto para: Marcelino, o generoso.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há sobre a Mesa um requerimento:

(Lê) *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.090/19, de autoria do Deputado Pastor Tom, que inclui no calendário Oficial do Estado da Bahia o aniversário da Igreja do Evangelho Quadrangular e dá outras providências.”*

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo como relator o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, para relatar, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Parecer, no âmbito das Comissões, ao Projeto de Lei nº 23.090/2019, de autoria do deputado estadual Pastor Tom, que inclui no calendário oficial do estado da Bahia, deputado Zé Raimundo, o aniversário da Igreja do Evangelho Quadrangular, e dá outras providências.

Sr. Presidente, o projeto que ora passo a relatar, no âmbito das Comissões, não possui nenhum óbice legal quanto à sua constitucionalidade, não vai de encontro ao quanto preceitua o art. 70, inciso 7, da Constituição do Estado da Bahia, das competências privativas do governador, nem de encontro à lei federal que disciplina a instituição de datas comemorativas, pois o projeto em tela não trata e nem torna o dia como feriado.

Então, o projeto de lei é legal e constitucional.

Esse é o parecer, salvo melhor juízo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Agora, no plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado **o Projeto de Lei nº 23.090/2019, por unanimidade, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 23.090/2019

Inclui no calendário oficial do Estado da Bahia o aniversário da Igreja do Evangelho Quadrangular e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

O GOVERNADOR DA BAHIA faz saber que a Assembleia Legislativa da Bahia, através de Projeto de Lei nº, de autoria do deputado estadual Ewerton Carneiro da Costa, decretou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial do Estado da Bahia o aniversário da Igreja do Evangelho Quadrangular, com homenagens e eventos de divulgação.

Parágrafo único – As comemorações do aniversário da Igreja do Evangelho Quadrangular serão anualmente no dia 15 de novembro, com homenagens e divulgação.

Art. 2º O Poder Executivo Estadual poderá apoiar as comemorações na data criada.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2019.

Deputado Pastor Tom

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Convoco uma sessão...

O Sr. Pastor Tom: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Espere aí, deputado.

Convoco uma sessão extraordinária para 1 minuto após o encerramento desta, para votarmos o Projeto de Lei nº 22.719/2018 e o Projeto de Lei nº 23.090/2019.

Como não há nada mais constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Não havendo nada mais constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.